



Júlio de Castilhos: Um Centenário

Castilhos, Borges de
Medeiros e o PRR na
história política brasileira

EDITORIAL

Neste mês de outubro, celebra-se o centenário da morte de Júlio de Castilhos. Discutir o significado desta importante figura política gaúcha na vida do Rio Grande do Sul e do Brasil é o tema central deste número do IHU On-Line. Estudar Júlio de Castilhos, nome de tantas ruas, avenidas e praças deste Rio Grande afora, juntamente com Borges de Medeiros e o Partido Republicano Rio-Grandense, pode nos ajudar a entender melhor a formação sociopolítica brasileira. Buscando contribuir para que a nossa Universidade possa ajudar nesta compreensão, estamos promovendo dois eventos, neste mês de outubro, celebrando este centenário. O IHU Idéias desta quinta-feira e o do dia 16 de outubro analisarão aspectos do castilhismo, do borgismo e do PRR. Esses eventos, juntamente com este boletim, com entrevistas de historiadores e pesquisadores, têm como finalidade compreender o Brasil, hoje. Aliás, esse é um dos objetivos estratégicos da criação do Instituto Humanitas Unisinos, que acaba de completar dois anos de fundação. Dentro desse mesmo objetivo, a próxima etapa do Ciclo de Estudos sobre o

*Brasil terá como tema o livro A revolução burguesa no Brasil, de Florestan Fernandes, pois, como lembra o prof. Dr. Carlos Águedo Nagel Paiva, neste boletim, “Florestan é a chave para entender como se processam as relações entre estrutura política e econômica” e conclui: “Florestan ajuda demais a entender o governo Lula”. Sim, estudar a história política do Rio Grande do Sul e do Brasil, podem ajudar a compreender melhor o momento sociopolítico brasileiro atual.
Uma ótima semana e uma boa leitura!*

QUEM ERA JÚLIO DE CASTILHOS

Reproduzimos trechos da biografia do político gaúcho publicada no sítio <http://www.copacabana.com/r-julio.shtml>

Júlio Prates de Castilhos nasceu na fazenda da Reserva, antigo distrito de São Martinho, município de Vila Rica, atual município de Júlio de Castilhos, Rio Grande do Sul, em 29 de julho de 1860, filho de Francisco Ferreira de Castilho, natural de Santo Antônio da Patrulha, e Carolina Prates de Castilho, natural de Caçapava do Sul.

Matriculando-se no Colégio Fernando Gomes, após os estudos iniciados em casa, em 1865, então com apenas cinco anos incompletos de idade, terminou, naquele Colégio, seus preparatórios.

Mais tarde tornou-se polemista brilhante, advogado e líder **positivista**. Lutou pela abolição da escravidão e pela queda do Império. Como político, foi duro, implacável, autoritário. Acreditava na ação científica do governo. Em 1890, foi eleito deputado federal pelo **Rio Grande do Sul** e participou da **Constituinte de 1891**. Foi o primeiro governador do **Rio Grande do Sul** eleito na fase republicana.

Enfrentou, na sua gestão, a **Revolta Federalista**, conhecida como a **Revolta das Degolas**, o período mais violento da história gaúcha. Só ao receber, numa caixa de chapéu, a cabeça de **Gomercindo Saraiva**, compreendeu por que era considerado cruel.

Afastou-se do governo no final do mesmo ano, ante uma série de tumultos e crises políticas estaduais

Em julho de 1892, à frente de um amplo movimento popular retomou o governo e nomeou **vice-governador Vitorino Monteiro**, a quem entregou o poder, convocando, a seguir, eleições gerais.

Foi eleito, por voto direto, reassumindo a chefia do Executivo gaúcho e reformou toda a administração estadual. Governou até 1897, quando transmitiu o cargo a **Borges de Medeiros**. Faleceu moço ainda, 43 anos incompletos, vitimado por um mal da garganta durante a operação a que se submeteu, sendo médico **Dr. Protásio Alves**, com vários assistentes, às seis horas da tarde do dia 24 de outubro de 1903.

Seu túmulo é uma das obras de arte, em bronze, pleno de simbolismo positivista, como o monumento que lhe foi erguido, inaugurado em **Porto Alegre**, na Praça **Marechal Deodoro**, em 1914, obra do escultor Décio Vilares.

*O debate que trazemos nesta edição como tema de capa terá continuidade nos próximos **eventos do IHU Idéias**. Na próxima quinta-feira, dia 9 de outubro de 2003, o debate será sobre Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS, a cargo do Prof. Dr. Gunter Axt. No dia 16, com o tema “Júlio de Castilhos e o PRR: da oposição ao governo”, a Profª. Drª. Eloísa Capovilla Ramos dará continuidade à reflexão sobre*

esse período histórico. Nesta edição, tentamos nos aproximar do tema, abordando uma crítica ao discurso político construído sobre esse período. O professor Gunter Axt demonstra algumas incoerências entre teoria e prática política por parte do castilhismo. O positivismo gaúcho, filosofia seguida por algumas lideranças políticas da época, será o tema da entrevista com o Prof. Dr. Nelson Boeira, historiador e Reitor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS. A Igreja da época, de maneira especial na figura do Arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker, teve um importante papel devidamente contextualizado pelo historiador Artur Isaia, da UFSC.

“É PRECISO CRITICAR O DISCURSO POLÍTICO CONSTRUÍDO”

Entrevista com Gunter Axt

Gunter Axt é historiador e pesquisador do Memorial do Judiciário e do Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Axt é graduado e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), com tese intitulada *Gênese do Estado burocrático-burguês no RS (1889-1929)*. O professor Gunter concedeu uma entrevista a **IHU On-Line**, na qual aponta algumas de suas conclusões na pesquisa sobre o castilhismo.

IHU On-Line – O que o Sr. destacará no IHU Idéias ao abordar o tema Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS?

Gunter Axt – Trata-se de uma síntese de aspectos da minha tese de doutorado, defendida em junho de 2001, na USP. Eu procurava entender, ao mesmo tempo, como se dava essa interface entre os sistemas de relações de poder e as diversas políticas públicas implementadas pelo Estado Republicano. O meu objetivo fundamental era entender a que interesses, afinal de contas, este estado castilhista, borgista, havia atendido durante os seus quase 40 anos de hegemonia política no Rio Grande do Sul, e quais as conseqüências, enfim, da atenção desses interesses para o desenvolvimento da cultura política e da economia do Estado.

IHU On-Line – De que forma se deram essas relações de poder?

Gunter Axt – A principal diretriz das minhas conclusões aponta no sentido diverso daquele seguido pela maior parte da historiografia corrente que aborda o tema. Uma posição mais ou menos dominante da nossa historiografia insiste que, no Rio Grande do Sul, vigeu um quadro à parte em relação ao restante do Brasil. Ou seja, o Rio Grande do Sul não integrava o chamado sistema coronelista de poder, porque aqui existia um quadro diverso na medida em que Júlio de Castilhos sofria forte influência positivista e que essa influência era marcante, criou um tipo de estado diferenciado, mais transparente, mais racional, mais objetivo, e preocupado com questões como a incorporação do proletariado à sociedade, por exemplo. Eu verifiquei nos meus estudos que a correspondência entre discurso político e prática política não era tão automática quanto a historiografia corrente pressupõe. Então, como primeira constatação, haveria uma discrepância entre um discurso legitimador do regime e a prática política propriamente dita. Em segundo lugar, eu comecei a ver as diversas faltas de sintonia entre o que eu encontrava nessa prática política e aquilo que a historiografia corrente costumava afirmar. Pesquisando especialmente junto ao arquivo Borges de Medeiros, que está sob a guarda do Instituto Histórico Geográfico, eu constatei que, no Rio Grande do Sul, existia o mesmo cortejo de fraudes, de clientelismo, de apadrinhamento, enfim, que havia em qualquer outro estado brasileiro. A clássica indistinção entre espaço público e privado, que caracteriza o sistema de poder no Brasil como um todo, na Primeira República também se verificou no Rio Grande do Sul. Com algumas especificidades, com certeza. Mas, o sistema coronelista também vigeu no rio Grande do Sul, inclusive nas áreas de colonização ítalo-germânica, porque a

própria teoria clássica do coronelismo sugere que não é possível em áreas de pequena propriedade rural, etc. Eu entendo que essas áreas funcionavam como distritos dentro de um contexto mais amplo, de forma que, bem ou mal, elas jogavam também um papel dentro desse sistema de relações de poder.

***IHU On-Line* –Que conseqüências podem trazer para nossos dias as diferenças nessas duas leituras esse período?**

Gunter Axt – A primeira conseqüência é que se criou uma espécie de visão quase que enaltecedora do período Castilhistas, Borgistas no Rio Grande do Sul. Por exemplo, o Borges de Medeiros entrou para a história como o melhor administrador público que o Rio Grande do Sul já teve. Quando na verdade, eu constatei que ele entregou o Estado, em 1928, para o Getúlio Vargas, em estado de pré-falência. O Estado estava à beira de uma bancarrota, aliás já estava vivendo uma bancarrota. Borges de Medeiros não foi um bom administrador. Ele maquiava os orçamentos do Estado e fraudava a ocorrência de saldos. A verdade é que o Estado já vinha em déficit há muito tempo. A memória se constrói de uma forma poderosa, uma memória dos vencedores, mas que não está correspondendo à prática. Construiu-se um discurso que enaltecia muito aquele período e que caracteriza o regime castilhistas, borgista, como um regime progressista, moderno, que teria contribuído para reformar as estruturas políticas e produtivas do Estado, bem como muitas das relações sociais da época. A minha constatação vai justamente no sentido contrário disso. Para mim, esse regime, que era de cunho manifestamente autoritário, se manteve graças a uma sustentação e foi dado por uma aliança entre frações de classe dominante, que representavam o que existia de mais conservador no Estado naquela época. Eram frações de classe dominante minoritárias, que, durante o Império, tinham dificuldade de se fazer representar no sistema parlamentarista, e que aproveitaram a Proclamação da República para se alinhar a um projeto regional centralizador e autoritário, porque entendiam que essa era a forma de garantir melhor certos interesses. Estamos falando aqui do segmento charqueador, que era uma indústria que vinha em decadência, em crise e que precisava do apoio do Estado de alguma forma para sobreviver por mais um tempo. Estamos falando de uma elite mercantil urbano-litorânea, baseada, sobretudo nas três grandes cidades, Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre, que auferiam seus lucros da atividade de importação e investiam excedentes de capital na atividade financeira regional. É uma elite que vive do comércio de importação e da especulação financeira, portanto não necessariamente uma atividade vinculada à produção ou à industrialização como insiste a maior parte da nossa historiografia. Eu acho que foi uma aliança conservadora, autoritária e retrógrada sobre diversos aspectos, inclusive contribuiu para entorpecer o desenvolvimento econômico do Estado. E houve durante esse período da República Velha, na minha opinião, uma notável transferência de capital das áreas de colonização ítalo-germânica para esses núcleos urbano-litorâneos. Essas são as principais conseqüências.

***IHU On-Line*- Há um aspecto, seguidamente referido pela historiografia, que é o projeto de incorporação do proletariado à sociedade durante o castilhismo. Como o Sr. vê essa questão?**

Gunter Axt-. Essa diretriz está baseada em Augusto Comte, filósofo que teria influenciado Júlio de Castilhos e os republicanos no Rio Grande do Sul ou pelo menos aquela facção política que se alinhou ao Castilhos. O que eu pude verificar é que se, de fato, existe, em 1917, uma intervenção do Estado no sentido de atender certas demandas sociais num momento de crise trabalhista, porque nós vivíamos numa situação de greve geral muito grave, isso não foi devidamente contextualizado pela nossa historiografia, porque, em 1917, a greve de Porto

Alegre aconteceu depois das greves do Rio de Janeiro e São Paulo, ou seja, a elite dirigente aqui tinha consciência dos problemas que esse conflito poderia trazer, como trouxe no Rio e em São Paulo. Então sabia que aquilo poderia degenerar em pancadaria, por exemplo. Em segundo lugar, naquele momento, Borges de Medeiros vivia um período de crise da sua hegemonia política, não tendo, portanto, interesse em abrir uma nova frente de atritos. Então seria natural que ele buscasse compor com o movimento sindical da época e o movimento operário. Um dos indícios mais claros de que isso foi circunstancial foi o que aconteceu na greve seguinte, a de 1919. Nesse momento, Borges de Medeiros está politicamente fortalecido na sua relação com os coronéis locais, de forma que, quando estoura uma nova greve, em parte relacionada ao não-atendimento das promessas de 1917, Borges opta por reprimir violentamente o movimento operário, inclusive dissolvendo sindicatos, prendendo lideranças, havendo até morte de algumas lideranças sindicais em protestos, em Porto Alegre. De forma que há uma repressão muito parecida com a que acontece nos Estados Unidos, na época do grande medo, que foi promovida pelo Procurador Geral da República norte-americana na época. O Rio Grande do Sul não foge à regra e há um grande equívoco nós buscarmos a origem de toda a legislação trabalhista, que vem no bojo da revolução de 30, nesse episódio de 1917.

IHU On-Line – Em que pode nos ajudar esta abordagem na compreensão da atualidade política e social do Estado?

Gunter Axt – Existem diversas questões imbutidas aqui, inúmeras lições que podemos aproveitar. A primeira delas é no que diz respeito às estratégias de construção da memória. Um discurso dominante pode ser tão eficaz, que, mesmo em algum momento, aquela facção política sendo derrotada, o discurso permanece, sendo reproduzido ao longo das gerações sem a devida credibilidade. Nós precisamos ter sempre uma atitude muito crítica em relação ao discurso construído. É necessário que existam, e cada vez mais, setores, dentro da sociedade, organizados, capazes justamente de fazer a crítica a esse discurso, porque ele é marcadamente justificador, portanto ele está mascarando certas coisas e enaltecendo outras. Isso fica muito claro nesse episódio envolvendo toda a história do Júlio de Castilhos e do Borges de Medeiros. O segundo aspecto, diz respeito justamente a uma matriz muito forte no discurso político sul-rio-grandense que reforça um elemento autoritário. Esse período da República Velha foi marcado por um discurso muito parcial, foi um momento muito acirrado no que se refere a posições políticas divergentes, e isso acabou trazendo prejuízos para o Estado e, de certa forma, até para o País. Esses radicalismos políticos precisam também ser contextualizados e criticados. Essa intransigência política do período Castilhos e Borges levou a duas revoluções bastante sangrentas, especialmente a de 1893, e levou a uma situação em que quem não fosse do partido dominante, acabava sendo excluído do Estado.

O POSITIVISMO GAÚCHO E A CRÍTICA ÀS INSTITUIÇÕES IMPERIAIS

Entrevista com Nelson Boeira

O professor Nelson Boeira, Reitor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), conversou com IHU On-Line sobre o positivismo no Estado, especialmente na época do castilhismo. Boeira é PhD em História pela Yale University e pós-doutor em Filosofia Política pela Tufts University e Harvard University; é também professor licenciado em Filosofia e Ética pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi diretor-presidente da Fapergs (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio Grande do Sul) e secretário estadual da Cultura, de 1997 a 1998, no Governo Antônio Britto.

IHU On-Line - Que diferenças podem ser constatadas entre o positivismo europeu e os rumos que tomou no Rio Grande do Sul?

Nelson Boeira - As diferenças são muito expressivas. Na França, o positivismo comtiano apresentou-se como uma doutrina filosófica sistemática, que procurava encontrar soluções para os graves problemas sociais e econômicos de uma sociedade industrial ainda em formação. Além disso, o comtismo oferecia uma resposta ao problema da estabilidade política e institucional de uma sociedade ainda fortemente marcada pela Revolução Francesa. Em terceiro lugar, a doutrina positivista buscava dar sistematicidade e coerência aos diferentes ramos do conhecimento científico, em acelerada expansão desde a segunda metade do século XVIII. O positivismo comtiano assentava-se ainda em uma fé inabalável na capacidade da ciência para resolver os problemas políticos, econômicos e sociais. No Brasil do final do século XIX e, mais especialmente, no Rio Grande do Sul, não havia desenvolvimento industrial digno de nota, nosso debate político não nascia de uma experiência política de ruptura como a Revolução Francesa e o desenvolvimento científico do País e do Estado era desprezível. Em suma, as condições que deram origem e sentido ao positivismo francês estavam ausentes no Brasil e, especialmente, no Rio Grande do Sul.

IHU On-Line – Remontando-nos à época de Júlio de Castilhos e os inícios do Partido Republicano Rio-grandense, de que maneira o positivismo influenciou esses homens?

Nelson Boeira - O positivismo gaúcho cumpriu funções diferentes em diferentes momentos. Muito sumariamente, pode-se dizer que nos anos 1870, com outras doutrinas científicas, o comtismo foi utilizado para atacar o papel da Igreja Católica na estrutura política e educacional brasileira. Nos anos 1880, para organizar o Partido Republicano, criticar as instituições imperiais e justificar a República. Nos anos 1890, na sua versão "castilhista", serviu para modelar as instituições políticas rio-grandenses. Nas décadas seguintes (até aproximadamente 1928), como ideologia partidária e estatal. A par dessas funções, o positivismo de cunho religioso e seus seguidores tiveram um papel de liderança na estruturação do sistema de ensino superior e da burocracia estatal no Rio Grande do Sul. Por fim, pode-se falar de um uso difuso e impreciso das muitas idéias positivistas por parte de alguns intelectuais rio-grandenses, entre 1870 e 1930. Tivemos entre nós, portanto, muitos "positivismos".

IHU On-Line - Quais as conseqüências para o estado do Rio Grande do Sul, dessa corrente de pensamento e da forma como ela foi aplicada pelo castilhismo?

Nelson Boeira - Pergunta difícil de responder. Não resta dúvida que a influência sobre as instituições políticas e o debate que ocorreu a respeito delas foi expressivo. Uma avaliação mais profunda do impacto dos diferentes "positivismos" ainda exigirá estudos mais aprofundados sobre a vida política e cultural do período 1870-1930, muito especialmente a respeito da relação entre o sistema de poder municipal-estadual e a vida política e cultural do período.

IHU On-Line - Positivismos e autoritarismo necessariamente se encontram?

Nelson Boeira - A questão é complexa. Uma resposta sumária diria que o positivismo serviu para justificar uma estrutura social autoritária, pré-existente a ele. Em outras palavras, o comtismo rio-grandense, de caráter muitíssimo vago, ajustou-se a estruturas de poder e foi por elas alterado. Não resta dúvida, entretanto, que a versão original do comtismo é, no que toca à distribuição do poder político, fortemente autoritária. No que toca a questões como educação, debate público e preocupação (paternalista) com os interesses da incipiente classe operária rio-

grandense, esse autoritarismo apresentava matizes importantes, especialmente se comparado com as concepções políticas concorrentes entre as elites brasileiras de então.

IHU On-Line - De que forma o positivismo influencia a vida política e social atual do Rio Grande do Sul?

Nelson Boeira - Esta questão ainda não foi suficientemente estudada. Alguns estudiosos sugerem que o positivismo "político" (isto é, o castilhismo) do Partido Republicano Rio-grandense teria estimulado a formação de partidos políticos de cunho mais ideológico, isto é, mais ideológico que a média brasileira. Outras, reais ou alegadas, influências do positivismo em outras esferas da vida social já foram apenas sugeridas por vários autores, mas nunca suficientemente pesquisadas.

A IGREJA DO RIO GRANDE DO SUL E O CASTILHISMO

Entrevista com Artur Isaia

*Estudioso das religiões, o professor Artur Isaia, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é graduado em História, e doutor e pós-doutor em História Social. É autor do livro **Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edipucrs, 1998. Ele conversou com **IHU On-Line** sobre a importância do Arcebispo Dom João Becker e da Igreja gaúcha no período castilhista.*

IHU On-Line- Como foram as relações entre a Igreja e o castilhismo no Rio Grande do Sul?

Artur Isaia- Foi possível um arranjo político muito interessante, muito bem costurado entre os governos de inspiração castilhista e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul. E aí reside a importância de D. João Becker, Arcebispo de Porto Alegre, como estrategista político. Não tivemos, por parte da alta cúpula do castilhismo, uma oposição mais radical à Igreja Católica, o que teoricamente se poderia esperar, uma vez que estávamos diante de experiências de governos de inspiração positivista. Tanto Júlio de Castilhos quanto Borges de Medeiros desenvolveram relações muito amistosas com a Igreja. Claro, estamos falando aqui das altas cúpulas governamentais. Se formos aos poderes locais, aos micropoderes, aí sim encontraremos uma série de oposições entre eles e a igreja. Mas não nos altos escalões. Tanto é assim que, quando das eleições à sucessão de Washington Luiz, que levariam à vitória de Júlio Prestes e, posteriormente, ao movimento de 1930, o Arcebispo encampou totalmente a candidatura de Getúlio Vargas. E quando setores da Igreja paulista contestaram essa candidatura, apresentando o candidato gaúcho como um herdeiro da tradição castilhista, opositor do catolicismo e como um "positivista", a reação da alta hierarquia católica no Rio Grande do Sul não se fez esperar. Foi o homem de confiança de D. João Becker, cônego Nicolau Marx, que ocupou a tribuna da Assembléia dos Representantes para defender, tanto a candidatura varguista quanto o passado castilhista no Estado, apresentado como afinado com os interesses católicos.

IHU On-Line- Aparece algum elemento de crítica quando o castilhismo mostra sua fase mais autoritária?

Artur Isaia- O autoritarismo, como solução política contrária à idéia de soberania das maiorias, era muito bem visto por D. João Becker, que nutria um medo muito grande da organização autônoma da sociedade. Ora, um dos princípios mais defendidos pelo castilhismo foi justamente a idéia positivista da necessidade de governos fortes, que marcassem a ascendência da cabeça da sociedade sobre os seus demais "membros", encarando a

democracia como atomização das vontades, totalmente antinatural. Esses princípios defendidos pelo castilhismo tinham o aval do Arcebispo, para quem era necessário que a sociedade fosse “conduzida” por homens experientes, probos e, logicamente, afinados com os interesses da Igreja.

IHU On-Line- A figura do Arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker, teve, então, um papel relevante no período Castilhista?

Artur Isaia- D. João Becker foi um homem que se posicionou perante um prisma muito vasto de assuntos candentes em sua época. Sua produção vastíssima cobre um universo que vai dos assuntos internos da instituição eclesial à questão social, ao movimento cultural, às transformações históricas importantes que o mundo vivenciava no período. Lugar de destaque na sua produção intelectual e na sua atuação como Arcebispo de Porto Alegre, representou a sua extrema familiaridade com a vida político-partidária. Sendo assim, sua atuação e a leitura que fez da realidade estadual durante o período castilhista (incluindo aqui, obviamente, a época de Borges de Medeiros) reveste-se de importância ímpar para entendermos os contornos da edificação do predomínio do Partido Republicano Rio-Grandense. O Período Castilhista representou a época de consolidação do Regime Republicano entre nós e da hegemonia da fração oligárquica que permaneceu no poder até a Revolução de 1930, passando pelo movimento de 1923, que foi a contestação mais significativa ao continuísmo borgista no Rio Grande do Sul. Portanto, o grupo que tomou o poder no Estado com a República, precisava consolidar seu predomínio e, para isso, precisou muito da Igreja Católica, que possuía uma inegável força moral, uma ascendência sobre significativas parcelas da opinião pública no Estado. Nesse sentido, a atuação política de D. João Becker foi importantíssima, no afã de sedimentar o predomínio do Partido Republicano Rio-Grandense, assim como foi peça-chave para construir o predomínio varguista no Rio Grande do Sul e no Brasil. Se o seu predecessor, D. Cláudio José Ponce de Leão, não pode ser visto como um articulador político, presente de forma mais explícita na vida partidária rio-grandense do Período Pós-Republicano, D. João Becker foi a figura extremamente presente nas articulações políticas relacionadas com a edificação e consolidação do predomínio do grupo castilhista no Rio Grande do Sul.

IHU On-Line- Por que ele é visto com certo receio em certos setores da Igreja e da sociedade?

Artur Isaia- Não podemos responder a essa pergunta sem entendermos a forma como D. João Becker se colocava para a opinião pública. Temos que entendê-lo dentro do modelo eclesiológico vigente. Becker era Arcebispo de uma Igreja na qual ainda ecoava o ultramontanismo, romanizada, centralista, petrina, em que todas as decisões estavam centralizadas em Roma, e na qual a figura do Bispo tinha um papel preponderante na sua diocese. Dessa forma, uma série de atitudes de representação externa era colocada para acentuar o lugar de proeminência que eles pleiteavam. A imagem de Dom João Becker é a de um homem extremamente protocolar, autoritário, cioso de seu poder, mas temos que entendê-lo como homem da Igreja daquela época. Provavelmente um Bispo de nossos dias colocar-se-ia perante a opinião pública, construiria sua imagem externa de maneira completamente diferente, porque o modelo eclesiológico é outro, a autocompreensão da Igreja é outra, o mundo é outro. Penso que não podemos encarar D. João Becker de forma simplista, anacrônica, vendo-o como herói ou vilão. Devemos compreender a Igreja da época, seus interesses, a forma como se relacionava com a sociedade e, logicamente, as idiosincrasias próprias da individualidade de um Bispo alemão, imbuído do projeto de dotar o catolicismo rio-

grandense de uma respeitabilidade e importância nos moldes preconizados por Roma no período.

IHU On-Line- O que o Sr. destacaria como principais contribuições do Arcebispo?

Artur Isaia- Destacaria duas grandes formas de atuação de D. João Becker no período: sua atuação como articulador político e sua vastíssima produção intelectual, esta materializada nas muitas Cartas Pastorais, alocações, artigos escritos. As Cartas Pastorais de D. João Becker são documentos riquíssimos para compreendermos seu posicionamento e as transformações conjunturais que apresentou. A Igreja do Brasil tinha, na figura do Arcebispo do Rio de Janeiro, Cardeal Dom Sebastião Leme, sua figura central, seu grande articulador. Junto com ele, D. João Becker teve um papel extremamente importante, sendo, sem dúvida, um nome que extrapolava a importância estadual, para se impor frente ao episcopado e ao próprio Cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro. Devemos levar em conta que não existia, na época, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que só foi criada na década de 1950. As comunicações entre os Bispos eram muito precárias. Eles se reuniam esporadicamente e, então, surgiam documentos conhecidos como cartas pastorais coletivas. Muitos Bispos não participavam diretamente das discussões que levavam aos documentos, eles só os assinavam. No caso de D. João Becker, não. Ele foi um homem extremamente atuante e presente nas decisões do episcopado nacional.

IHU On-Line- Quais eram seus posicionamentos mais relevantes nessas Cartas Pastorais?

Artur Isaia- As cartas tinham um tom magisterial, eram a forma de a Igreja atualizar o seu magistério e se posicionar frente à emergência de problemas locais nacionais ou internacionais. Talvez para nós, hoje, sejam mais significativas as que dizem respeito a assuntos, como democracia, comunismo, experiências totalitárias. Nessas cartas, D. João Becker procurava construir uma linha argumentativa, na qual se posicionava frente aos problemas do momento, resguardando e defendendo os interesses institucionais do catolicismo, estribando-se nas sagradas escrituras, na tradição da Igreja e nos ensinamentos pontifícios.

DESTAQUES DA SEMANA

Livro da Semana

CANCLINI, Néstor García. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003. 223 páginas.

Título original: *La Globalización Imaginada*. Buenos Aires: Paidós, 1999.

QUEM É O AUTOR?

Néstor García Canclini dirige o Programa de Estudos sobre Cultura Urbana na Universidade Autônoma Metropolitana do México. Foi professor nas universidades de Austin, Barcelona, Buenos Aires, São Paulo e Stanford. Obteve bolsa de estudos da Fundação Guggenheim, o prêmio Casas das Américas por seu livro **As culturas populares no capitalismo** (São Paulo:

Brasiliense, 1982), e o prêmio Book Award da Latin American Studies Association por **Culturas híbridas**¹ (São Paulo: Edusp, 1998), como o melhor livro sobre a América Latina, publicado no período de 1990-1992.

A GLOBALIZAÇÃO IMAGINADA

Teixeira Coelho

*Reproduzimos, a seguir, a orelha do livro de Néstor García Canclini, **A Globalização Imaginada**, escrita por Teixeira Coelho, professor há mais de vinte anos, na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, e um artigo escrito por Flávio Pinheiro e publicado no sítio www.nominimo.com.br, em 23 de setembro de 2003, comentando a obra.*

A posição destacada de Néstor García Canclini no quadro intelectual latino-americano foi reconfirmada em 2002, quando lhe foi concedido o “Prêmio de Ensaio Literário Hispano-Americano Lya Kostakowsky”, da fundação mexicana Cardoza Aragón, por um estudo de sugestivo título: *Latino-americanos buscando lugar en este siglo*.

Seu lugar nestes últimos cem anos Canclini já encontrou. Antropólogo de formação, contribui com originalidade para a renovação dos estudos da cultura no hemisfério e fora dele. E o faz rompendo com o velho hábito sociológico de sempre tudo analisar, neste domínio, sob o ângulo do poder e da dominação, empreitada com frequência marcada por tons apocalípticos e impasses teórico-práticos não raro falsos e imobilizadores e desde cujo ponto de vista a única ação freqüentemente possível é a acusação que se encerra em si mesma.

Não insistindo em considerações políticas já conhecidas, e por isso mesmo conseguindo um impacto político ainda mais incisivo, quando se trata de discutir-nos, a nós da América Latina, em nossa tripartida figura de “produtores, migrantes e devedores”, como ele tem feito, Canclini busca antes entender o processo cultural de seu tempo e repensar os modos de fazer arte, cultura e comunicação nesta difícil fase da aventura humana.

Ele mesmo, um intelectual, digamos, globalizado, num ano típico Canclini (um argentino residente no México) pode ser visto e ouvido por toda parte na América Latina e outros cantos do mundo, dando prova de que também é feito de aspectos positivos o atual fenômeno da globalização – esse “objeto cultural não identificado”, como ele escreve, aqui examinado sob múltiplos aspectos. A busca da identidade, pessoal e nacional, num drama estéril de que não acabamos de nos livrar ou no qual ainda insistem em nos jogar; o mercado e a interculturalidade; a cidade global e a “antropologia dos mal-entendidos” são alguns dos temas tratados por Canclini em volume costurado por fino senso de humor (algo inesperado, porém de todo pertinente num livro sério) e escrito em estilo que o torna uma bela peça de literatura, dando razão ao bom gosto de seus recentes premiadores.

GLOBALIZAÇÃO SEM ILUSÕES

Por Flávio Pinheiro

“Há no nosso futuro muito mais oportunidades do que a opção entre McDonald’s e Macondo (a mítica cidade de “Cem Anos de Solidão”). A frase é de Néstor Garcia Canclini, filósofo e antropólogo argentino, radicado no México, imerecidamente pouco conhecido no Brasil. É um

¹ Esta obra foi apresentada no evento **Abrindo o Livro**, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos, no dia 25 de junho de 2003, pela professora Dr.^a Denise Cogo, do PPG em Ciências da Comunicação da Unisinos.

alento contra imposturas, simplificações e farto desperdício de eloquência que poluem o tema globalização.

Canclini e Beatriz Sarlo, também argentina, estão entre as melhores cabeças pensantes do continente e suas reflexões sobre fenômenos contemporâneos não têm os vícios “chauvinistas” de pedradas contra o Big-Mac, nem bazófilas do incedível orgulho de ser genuinamente periférico. Nenhum dos dois, porém, fica em cima do muro. Canclini está convencido de que existe uma globalização desejável que deveria ter a cultura, e não o dinheiro, como principal ferramenta. Daí o livro chamar-se “A Globalização Imaginada”.

Aliás, o que acontece nos planos político e econômico ele prefere chamar de globalismo. E seu diagnóstico não é original: “Transferir instâncias de decisão da política nacional para uma vaga *economia* transnacional está contribuindo para reduzir os governos nacionais a simples administradores de decisões alheias, atrofiando a imaginação socioeconômica e levando a esquecer políticas de planejamento de longo prazo”.

Isso pode ser lido em todas as edições do *Le Monde Diplomatique* na sua repetitiva, para dizer o mínimo, militância antiglobalização. Importa para Canclini a colonização do imaginário no sentido mais imbecilizante que o termo adquire ao viajar, por exemplo, de Miami para letreiros e vitrinas da Barra da Tijuca. As estatísticas de que se serve não são as de desigualdades econômicas e sociais. Cita outras. A América Latina que tem 9% da população do Planeta e responde por 0,8% das exportações de bens culturais. A União Européia tem 7% da população do mundo. Exporta 37,5% e importa 43,6% dos bens culturais comercializados. Nestas disparidades há de tudo. Pobreza x riqueza, é claro. Mas também estranhamento, muralhas de etnocentrismo. E, neste particular, ninguém é inocente, a começar pelos gregos que chamavam os estrangeiros de bárbaros, ou seja “balbuciantes, gogos”. A questão ocupa um dos capítulos mais interessantes do livro – “Não Sabemos Como Chamar os Outros”.

Canclini faz três perguntas intrigantes. Por que na língua inglesa não existe nenhuma palavra equivalente a “mestiço”? Por que os franceses chamam a “ação afirmativa”, que institui cotas raciais, de *discrimination positive*? Por que, nos países latino-americanos, são pouco usuais as identidades com hífen (italo-americano, afro-americano)?

O dicionário Oxford chega, no máximo, a *mixed blood* (sangue misturado). *Melting pot* não vale. Celebra um amálgama de raças européias. Não há palavra e foram tantas as hostilidades que o multiculturalismo, nos Estados Unidos, virou uma espécie de base para um armistício social. Chicanos, latinos e feministas têm proposto um “multiculturalismo crítico” “que consiste em considerar as diferenças, umas em relação às outras e não como identidades separadas”.

Por que a França usa a palavra discriminação justamente em ações que se destinam a evitá-la? É para que a expressão já contenha uma crítica explícita a estas ações, para ficar claro que é uma discriminação às avessas? Na França, nasceu o cidadão universal, sob a égide do Estado laico sem privilégios de etnia, religião e sexo. Tzvetan Todorov chega a dizer que conspira contra a possibilidade democrática quando a sociedade está fracionada pelo confronto de interesses particulares. Paul Ricoeur propõe a troca de identidade, que pressupõe algo violento para sua afirmação, por reconhecimento, que dá idéia de reciprocidade.

Por último, a questão do hífen, levantada por Beatriz Sarlo e que talvez tenha mais a ver com a realidade argentina. Por que não italo-argentinos? São identidades perdidas para um ideal uniformizador. “A escola estatal, violenta, unificadora, autoritária, integrava o cenário onde os filhos de estrangeiros foram velozmente convertidos em argentinos típicos”, ela diz. No Brasil, o politicamente correto introduziu o afro-descendente. A se crer nas revelações arqueológicas, não somos todos?

A questão se presta a uma digressão num apêndice do livro que trata de uma antropologia dos mal-entendidos. Canclini lembra frases que definem caráter na América Latina, retomando um

brilhante ensaio do cientista político argentino Guillermo O'Donnell. No Brasil, segundo Roberto Da Matta a frase que afasta qualquer ameaça de uma intolerável igualdade social é "Você sabe com quem está falando?"

A frase argentina é *Y a mí qué me importa?*, ou melhor, *Y a mí qué mierda me importa?*. Seria o oposto da frase brasileira. O sujeito manda o outro à merda "e junto com ele a hierarquia social na qual quis se escorar". Não é bem assim, diz O'Donnell, que recorre a um exemplo no trânsito. Para entrar numa avenida, o motorista americano aguarda a vez, o brasileiro o "favor" de alguém, em Buenos Aires cada um quer passar primeiro, é guerra. O'Donnell conclui que a sociedade argentina é mais igualitária que a brasileira, mas igualmente autoritária e violenta. "Quem se zanga, perde" é a frase mexicana. Soa como aviso para quem não se dá conta de hierarquias sociais, apaziguadas por seu congelamento. Há farta discussão sobre o quanto a frase proscree a revolta e abraça a resignação. Canclini lembra que ela é usada por conter suas tácitas ambigüidades. Falamos diferente. Pensamos diferente. E para além das nossas diferenças há nossas diferenças com os EUA e a Europa, tema amplamente explorado por Canclini. Nas últimas décadas, a América Latina vem se americanizando. Também é verdade que os Estados Unidos estão progressivamente se latinizando. Os papéis se confundem, embora não se perca de vista o papel avassalador do lado mais forte.

Canclini ilustra, com foto, a instalação feita pelo artista mexicano Marcos Ramírez Erre, que parece um totem da globalização. Na fronteira entre Tijuana e San Diego, ele plantou um imenso cavalo de Tróia vazado em ripas de madeira com duas cabeças, uma apontando para o México, outra para os Estados Unidos. Ramírez Erre disse a Canclini que o monumento, frágil e efêmero, "é translúcido, porque já sabemos todas as intenções deles em relação a nós, e eles as nossas em relação a eles". No *planeta nômade*, onde, a cada ano, de 130 a 150 milhões de pessoas, deixam seus países para viver em outros, não há mais ilusões.

Artigo da Semana

Contardo Calligaris, psicanalista, é autor do artigo que reproduzimos a seguir, e que foi publicado no jornal Folha de S. Paulo, em 2 de outubro de 2003. O texto, intitulado Ostentação, responde às mensagens que Calligaris recebeu sobre o artigo da semana anterior, intitulado Marta Suplicy e Luis Favre: por que tanta zombaria?

*O autor é doutor em psicopatologia clínica. Formou-se em epistemologia na Universidade de Genebra (Suíça). Em Paris, fez sua primeira pós-graduação ("Diplôme d'Études Approfondies") em semiologia, com Roland Barthes. É membro da direção da "Association Freudienne Internationale" e da Fundação Européia para a Psicanálise, da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, e do conselho de administração da "Boston Graduate School of Psychoanalysis". Calligaris escreveu sete livros, dos quais citamos **Hello Brasil, Notas de um Psicanalista Europeu viajando ao Brasil** (São Paulo: Escuta, 1991), e **Crônicas do Individualismo Cotidiano** (São Paulo: Ática, 1996).*

*De Contardo Calligaris, publicamos um artigo na edição número 43, de 18 de novembro de 2002, intitulado **Suzane: Pano de Fundo**, outro na edição número 38, de 7 de outubro de 2002, com o título **Vida Diet, Lula Light**, e uma entrevista feita pelo **IHU On-Line** na edição número 35, de 16 de setembro de 2002, que teve como título **Pedofilia e Autoridade**. Outro artigo de Calligaris, publicado por nosso boletim (**A Fantasia do Pedófilo**) pode ser encontrado na edição número 33, de 2 de setembro de 2002.. Na edição número 63, de 9 de junho de 2003, reproduzimos outro artigo do autor. O psicanalista esteve na Unisinos em 9 de setembro do ano passado, ministrando a palestra intitulada **O que quer o pedófilo?** num evento promovido pelo IHU e o Laboratório de Filosofia e Psicanálise do PPG em Filosofia do Centro de Ciências Humanas da Unisinos.*

OSTENTAÇÃO

Não conseguirei responder a todos os leitores que me escreveram comentando a coluna da semana passada. Peço desculpas e agradeço pelos dissensos, pelas observações e pelos parabéns.

Várias mensagens levantam uma mesma questão. Num país em que tantos batalham com as necessidades básicas, Marta Suplicy organizou uma grande festa e escolheu um vestido de noiva que custou R\$ 6.000: não é um tapa na cara do povo? Alguns acrescentam: conhecemos famílias de pequena classe média que, na hora de uma filha casar, gastam um dinheiro que dotaria o novo casal de um apartamento próprio. Mas, mesmo que, em proporção, Marta e Luis Favre tenham gastado razoavelmente, será que eles não têm um dever de pudor e austeridade?

Só posso fornecer elementos para pensar: que cada um responda.

Vamos com ordem: a riqueza moderna é sempre, de alguma forma, ostentada. A regra é a seguinte: as diferenças sociais não dependem mais do berço em que nascemos. Elas são "só" econômicas. O "só" significa que não é impossível atravessá-las. Imaginemos que, para jantar no Fasano, eu precise gastar meu salário mensal. Em compensação, garantem que não serei barrado na porta nem pelo meu nome nem pela cor da minha pele. Resta-me (dizem) dar duro, ter sorte e "crescer".

Pergunta: uma vez que eu dispusesse do dinheiro, por que não fritaria frugalmente dois ovos em casa? E, se quisesse um risoto com trufas, por que não chegaria ao restaurante pela porta dos fundos, de preferência sem fotógrafo?

Acontece que a organização social moderna não consiste apenas em substituir a nobreza do sangue pelo volume da carteira. Nosso status não é uma qualidade intrínseca nem de nosso ser nem de nossas posses: ele depende do olhar dos outros.

Portanto guardar riqueza no silêncio de um cofre não basta mais: integrar uma classe social implica exibir o padrão de consumo esperado. Uma extravagância narcisista toma conta de nossa subjetividade por ser necessária ao nosso funcionamento social: é preciso alimentar um crescimento econômico infinito, fomentando a inveja que dá fôlego à corrida de todos. Sem extravagância, acaba a sociedade de consumo.

Vontade de dizer: e daí? Que acabe. Infelizmente, a sociedade de consumo é preferível a um regime tradicional de castas, que manteria todo o mundo cravado no lugar em que viu a luz. Em suma, console-se: folheando "Caras", estaríamos no melhor dos mundos possíveis. Há dois argumentos contra o bom funcionamento desse sistema no Brasil.

O primeiro constata que as diferenças sociais são grandes demais. Para quem está na miséria, a riqueza ostentada não é uma promessa. Ela funciona como a pompa que, na antiguidade, era a marca distintiva das castas superiores. Em vez de olhar para trono e cetro para se lembrar de quem é o rei, olhe para meu carro e minhas quatro suítes, saiba quem manda aqui e não espere chegar perto. A diferença excessiva produz exclusão: os ricos são tão distantes de mim que não reconheço, entre nós, comunidade nenhuma. Sou de outra tribo; os privilegiados são uma força estrangeira de ocupação. Sobra aos vira-latas procurar restos no lixo ou ir à luta; não na vida, mas com um berro na mão.

O segundo argumento completa o primeiro. Apesar da mobilidade social efetiva, a sociedade brasileira sofre de arcaísmo: pouco mais de um século de modernidade não foi suficiente para eliminar o espírito da escravatura. De novo: olhe para o luxo dos donos e aprenda que você é de outra raça.

Os tempos mudam. Pobre e negro já pode usar o elevador social. Um dia, milhões de brasileiros sairão da miséria que os exclui. Aos poucos, o sentimento de uma comunidade de destino prevalecerá sobre os restos da escravatura. Pode ser. Mas, por enquanto, vivemos uma época de transição. Somos modernos e consumimos ostentando, mas, pela ostentação, mantemos diferenças sociais arcaicas.

Nesse ínterim, qual é o "bom uso" dos prazeres? Qual é a ostentação que não produz exclusão?

A resposta não está nos números. Se R\$ 6.000 para um vestido de noiva é demais, quanto seria o certo: R\$ 2.000? Vá saber.

Há dois critérios frágeis.

O primeiro é a intenção: quem consome está aproveitando a vida e ostentando por acidente (aceitável) ou está gozando da ostentação que impõe aos outros o espetáculo de seu poder (inaceitável)?

O segundo é o bom gosto: numa sociedade organizada pelas aparências, critérios estéticos podem regrar as escolhas morais.

Na Inglaterra do começo do século XIX (também época de transição), surgiu o movimento dândi. Os dândis são lembrados como desvairados obcecados por sua aparência, mas tiveram uma função modernizadora crucial: substituíram o privilégio do sangue pelo privilégio da elegância (acessível a qualquer um que a ela se dedicasse). Se um judeu, como Disraeli, pôde se tornar ministro da rainha Vitória, foi também por ele ser um dândi. Ora, Beau Brummel, supremo árbitro do dandismo, perdia horas na frente do espelho, cuidando de sua aparência. Mas, antes de se aventurar pelas ruas de Londres, submetia-se a um teste. Ficava um tempo na esquina. Se ninguém o notasse, se ele passasse despercebido, considerava que estava pronto e bem vestido.

Deu nos Jornais

O último consistório

Reforçadas as Igrejas jovens

Com este título de primeira página, Luigi Accatolli, um dos principais jornalistas especializados em assuntos do Vaticano, no jornal italiano **Corriere della Sera**, 29-9-03, analisa o significado da nomeação dos 31 novos Cardeais que estarão entre os que elegerão o sucessor de João Paulo II. Segundo L. Accatolli, "um consistório que confirma a projeção planetária e terceiro-mundista do colégio cardinalício, que assinala mais um enfraquecimento dos italianos e talvez permita imaginar uma retomada da componente liberal entre os Cardeais da Cúria. Mas o anúncio do dia 28, domingo, nos diz também algo sobre Papa Wojtyła: quem decide na Cúria é ainda ele, nas coisas que contam e se impõem – ontem como hoje – aos seus colaboradores. Das indiscrições que caracterizaram a vigília do anúncio – mais numerosas do que das outras vezes – resulta com evidência que o Papa se impôs sobre a data e sobre o número das nomeações. Quanto à data, os colaboradores se esforçaram – vendo o enfraquecimento do Papa nas últimas semanas – para convencê-lo a adiar o consistório pelo menos até dezembro, para não acumular os compromissos num mês de outubro já cheio, tendo como motivo as celebrações dos vinte e cinco anos de pontificado. Mas João Paulo II não quis saber de nada. Igualmente se impôs sobre o número de nomeações, que quis abundante, indo – como já fez em 2001 – além do número de 120 eleitores, estabelecido por Paulo VI. Hoje são 135. O alto número das nomeações lhe é necessário para se manter firme no compromisso de promover as

Igrejas jovens, sem mortificar o pessoal da Cúria e as grandes dioceses do velho mundo. Dos 135 cardeais eleitores, os europeus são 66, os latino-americanos são 24, os norte-americanos são 14, os africanos são 13, os da Ásia e Oceania são 18". O jornalista do *Corriere della Sera* anota que, comparando com o conclave que elegeu João Paulo II, os italianos de 23% desceram para 17%. Há um aumento significativo de cardeais vindos da Europa do Leste.

Aumenta o número de cardeais liberais na Cúria

No mesmo artigo publicado no jornal italiano *Corriere della Sera*, 29-9-03, Luigi Accatoli constata que "cinco dos sete novos Cardeais da Cúria (Tauran, Martino, Marchisano, Fumio Hamao, Nicora) são descritos como liberais, uma componente que ultimamente se tornara minoritária neste ambiente. Mas nenhum deles ocupa um cargo de primeira grandeza com exceção do francês Tauran que agora, com a sua nomeação cardinalícia – deverá deixar o importantíssimo posto de 'relações com os Estados', para assumir um outro posto que não se sabe ainda qual é". Especula-se, na imprensa francesa, que poderia substituir o Cardeal Lustiger na arquidiocese de Paris. Entre os novos Cardeais, há dois jesuítas. Um polonês e outro tcheco. Ambos não são Bispos. O patriarca de Veneza, Angelo Scola é, desde os primórdios do movimento, membro ativo de Comunhão e Libertação. O espanhol Herranz, funcionário da Cúria, é o segundo Cardeal que pertence à Opus Dei. O primeiro Cardeal da Opus Dei é o de Lima, Peru, Cipriani, conhecido por suas estreitas ligações com o ex-presidente Alberto Fujimori. Chama a atenção dos observadores dos assuntos do Vaticano a não nomeação do novo Arcebispo de Boston, que sucede o controvertido Cardeal Law, que se demitiu na esteira dos escândalos sexuais do clero da sua arquidiocese. Igualmente ressalta a ausência entre os nomeados do Arcebispo de Monterrey, no México, de Assunção, no Paraguai e de Montevideu, no Uruguai. A nomeação do Arcebispo de Sevilha é observada como algo interessante de análise. O nomeado é Carlos Amigo, franciscano, nomeado Bispo, na África, aos 37 anos por Paulo VI e grande amigo do Cardeal Tarrancón de Madrid. Depois de Sevilha ficar mais de vinte anos sem ter um Cardeal, a nomeação dele e não a de Toledo, chama a atenção dos observadores, especialmente por ele ser um dos únicos seguidores de Tarrancón no atual episcopado espanhol.

O Arcebispo de Florença e três 'grandes eleitores'

Luigi Accatoli, um dos mais argutos 'vaticanistas', no jornal *Corriere della Sera*, 29-9-03, analisa que dos Cardeais nomeados pelo menos um poderá figurar entre os que poderão vir a ser eleitos Papa. Trata-se do Arcebispo de Florença, Antonelli. Arcebispo desde 2001, tem 64 anos. É um apaixonado pela arte. Segundo a descrição do jornalista, "é um homem bom, que estabelece uma ótima relação com as pessoas, como o demonstrou por onde tem passado. Mas sofreu muito quando foi secretário da Conferência Episcopal Italiana e nas relações com a Cúria Romana: não é feito para o poder. É decidido quando se trata de questões de justiça e paz. Poderia ser proposto num conclave que tivesse necessidade de uma figura estranha à experiência curial e diplomática". Luigi Accatoli também constata que há três 'grandes eleitores' entre os recém-nomeados. Além de Antonelli, o outro seria Tarcisio Bertone, salesiano, 69 anos, recentemente nomeado para substituir o Cardeal Tetamanzi, em Gênova, transferido para Milão onde substituiu o Cardeal jesuíta Martini. Bertone trabalhou muitos anos como secretário da Congregação para a Doutrina da Fé, cujo responsável é o Cardeal Ratzinger. O outro 'grande eleitor' seria Angelo Scola, patriarca de Veneza desde 2002, com 61 anos. É teólogo e projetou o Lateranense no mundo acadêmico internacional. Entre os três Cardeais curiais nomeados, destaca-se o italiano Martino, 70 anos, que foi durante 15 anos observador do

Vaticano na ONU e hoje é o presidente da Comissão Justiça e Paz. Ele se distinguiu como o expoente vaticano mais decidido, depois do Papa, na oposição à guerra americana no Iraque.

CPI do Banestado

US\$ 30 bilhões. Um assalto à mão armada.

O empresário Antônio Ermírio de Moraes, presidente do grupo Votorantim, em entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo*, 29-9-03, é contundente, quando fala do capital especulativo. Para ele, “o capital especulativo é prejudicial para o País. Nós já temos muitos especuladores no País, e ainda vamos trazer mais capital especulativo? Chega. Veja o caso desses US\$ 30 bilhões que foram desviados para o exterior pelo Banestado. O que é isso? Esse dinheiro é equivalente ao que o FMI emprestou para o Brasil”. E continua: “A população brasileira precisa saber o que está acontecendo em matéria de especulação de dinheiro. Afinal, US\$ 30 bilhões é muito dinheiro para uma nação pobre, como o Brasil. Isso é um assalto à mão armada que nunca houve no Brasil. O país precisa apurar. Se não apurar, o País se desmoraliza. A CPI do Banestado precisa chegar aos infratores e publicar seus nomes. Os jornais precisam publicar, um por um, os nomes desses infratores, das pessoas que mandaram esse dinheiro para fora de maneira ilegal.”

PIB brasileiro no mundo

Um decréscimo

O empresário Antônio Ermírio de Moraes, presidente do grupo Votorantim, na mesma entrevista atribui o decréscimo do PIB brasileiro no PIB mundial aos juros elevados. Segundo ele, “quando os juros são muito elevados, você acha que uma pessoa de posses vai arriscar o seu capital, quando pode ganhar com aplicações financeiras sem precisar trabalhar? Isso sacrifica a produção. Em 1984, o PIB do Brasil representava 1,42% do PIB no mundo e hoje mal chega a 0,9%. Isso explica esse desemprego grande e todas as aflições que estamos vivendo. Isso eu atribuo muito à posição financeira tranqüila dos homens que têm dinheiro. Li nestes dias que, nos EUA, 1% dos mais ricos tem mais dinheiro do que os 40% mais pobres juntos. Você vê que não é só aqui”.

Alca:

EUA e Brasil em rota de colisão

“Brasil e Estados Unidos caminharam para uma colisão, na semana passada, na primeira sessão de negociação da Área de Livre Comércio das Américas, a Alca, depois do fracasso da reunião ministerial da Organização Mundial de Comércio de Cancún. A começar pelo ambiente subitamente carregado do diálogo bilateral, tudo opera contra um entendimento entre o Brasil e os EUA na reunião do Comitê de Negociação Comercial (CNC) da Alca, que começou quarta-feira, dia 1 de outubro, em Trinidad e Tobago”. Paulo Sotero, correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo* em Washington faz uma aguda análise das próximas negociações sobre a Alca. O artigo foi publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, 29-00-03. Segundo o artigo, “os dois países comandam conjuntamente as negociações. O objetivo do encontro de Trinidad e Tobago é definir a agenda para a reunião ministerial da Alca, marcada para a terceira semana de novembro, em Cancún. Evitar a repetição de Cancún em Miami e garantir avanços que permitam a conclusão das negociações da Alca em janeiro de 2005 é o objetivo de Washington. O adiamento de um acordo na rodada global de liberalização, que se tornou inevitável após o colapso da reunião da OMC, e a ofensiva retórica iniciada na semana passada pelo Ministro do Comércio Exterior dos EUA (USTR), Robert Zoellick, responsabilizando o Brasil pelo fiasco de

Cancún, tornam improvável um resultado produtivo no encontro de Trinidad e Tobago. Os EUA rejeitaram taxativamente, na semana passada, a proposta do Mercosul, articulada pelo Brasil, de uma negociação da Alca em três trilhos. A administração Bush insistiu na busca de um 'acordo ambicioso', mas que exclui temas sistêmicos, como políticas de apoio à agricultura e de defesa comercial (antidumping), que Washington só aceita discutir na OMC e ficaram, agora, para as calendas”.

A Alca depois de Cancún

Um acordo é cada vez mais difícil.

Uma vez que a negociação na Organização Mundial do Comércio – OMC – depois de Cancún foi eliminada, segundo Paulo Sotero, “na visão de Brasília, isso enterrou as chances de se chegar a um acordo hemisférico abrangente no prazo inicial de janeiro de 2005 e torna necessária uma completa revisão da agenda, no sentido de se fazer uma Alca mais leve - exatamente o oposto ao pretendido por Washington -, até pelo menos que a rodada da OMC seja retomada com alguma chance de sucesso, o que os especialistas não esperam para antes de 2007. Com os temas que interessam ao Brasil, como as políticas de subsídios agrícolas e de aplicação das leis de defesa comercial, retirados da pauta de discussão da Alca por iniciativa dos EUA, o País deverá insistir na exclusão de temas que interessam aos EUA, como serviços, investimentos e compras governamentais. Quem ganhará a queda de braço? O poder de atração do mercado americano e a capacidade de aliciamento de Washington transformam a negociação na ALCA num considerável desafio para o governo brasileiro”.

Argentina e Uruguai na Alca

De que lado ficarão?

Segundo a análise publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, 29-9-03, “primeiro Presidente do Brasil a assumir abertamente e, mais do que isso, a proclamar a liderança regional do País, Luiz Inácio Lula da Silva enfrenta problemas para convencer os vizinhos, a começar pelos do Mercosul, a segui-lo na Alca. Ansioso para ser aliciado pelos EUA para um acordo bilateral de comércio, o Presidente do Uruguai, Jorge Battle, deu repetidas declarações em favor de uma Alca abrangente, na semana passada, em Nova York. O próprio governo da Argentina andou dando sinais desencontrados. Aparentemente desapontados com o que consideraram a falta de apoio do Brasil ao acordo que alcançaram com o Fundo Monetário Internacional, e agradecidos pelo suporte que receberam do Tesouro americano, funcionários argentinos indicaram sua inclinação para seguir a liderança de Battle, e não de Lula, na Alca. O tom das declarações de Buenos Aires mudou depois do encontro que o Presidente Néstor Kirchner teve com o líder brasileiro, à margem da Assembléia das Nações Unidas, em Nova York, na semana passada. Ainda que os interesses comerciais da Argentina a aproximem do Brasil em qualquer foro de negociação comercial, a ciclotimia portenha torna imprevisível a posição do país”.

O Brasil do século XX

Mais rico e mais desigual

O século XX foi aquele em que o Brasil aumentou sua riqueza, mas não a dividiu. Em cem anos, a riqueza total cresceu quase 12 vezes em relação à população; no entanto, a distribuição de renda piorou na segunda metade do século. Em 1960, ano marcado pela inauguração de Brasília pelo então presidente Juscelino Kubitschek, o rendimento recebido pelos 10% mais ricos era 34 vezes o obtido pelos 10% mais pobres; em 1991, a diferença chegou a 60 vezes e, em 2001, os 10% mais ricos ganhavam 47 vezes o recebido pelos 10%

mais pobres. A concentração de renda é tão grande que, na virada do século XX para o XXI, o 1% mais rico dos brasileiros ganhava praticamente o mesmo que os 50% mais pobres. Mesmo com o país mais rico, a estagnação econômica, a partir dos anos 80, fez o rendimento real cair cerca de 7,5% em 20 anos. De 1977 a 1999, o número absoluto de pobres aumentou de 40,7 milhões para 53,11 milhões. Houve queda, porém, da parcela que eles representam (de 39,6% para 34,09%). Esses são alguns dados publicados pela *Folha de S. Paulo*, 30-9-03, extraídos da publicação *Estatísticas do Século XX*, lançada no dia 29 de setembro pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com um resumo do Brasil no século que passou. A publicação, segundo o jornal *O Globo*, 30-9-03, reúne 16 mil tabelas e análises de vários estudiosos da nação brasileira.

Brasil no século XX

PIB centuplicou

Segundo os dados da publicação do IBGE citada acima, de 1901 a 2000, o PIB (Produto Interno Bruto, a soma das riquezas do país) mais do que centuplicou, subindo de R\$ 9,1 bilhões para R\$ 1 trilhão. No mesmo período, a população cresceu quase dez vezes, de 17,4 milhões para 169,8 milhões de habitantes. O PIB per capita - hipotética divisão do PIB pela população - cresceu 12 vezes, de R\$ 516 em 1901 para R\$ 6.056 em 2000.

Brasil do século XX

Concentração da renda

Apesar do enriquecimento, a renda ficou mais concentrada a partir de 1960 (quando estão disponíveis os primeiros dados sobre o tema). Em 1999, o 1% mais rico da população em idade ativa e com rendimento concentrava 13% da renda - quase o mesmo que os 50% mais pobres, 13,9%. O índice de Gini, que mede a concentração de renda, cresceu de 0,50 em 1960 para 0,63 em 1991. Na década de 1990, sofreu uma pequena queda, chegando a 0,59 em 1999. Usado mundialmente para expressar a concentração de renda, o índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 0, melhor é a distribuição. Quando mais perto de 1, mais concentrada. "O Brasil teve um crescimento fantástico, mas não aprendeu a dividir a riqueza. O crescimento econômico, comparável ao de poucos países nesse século, levou a uma evolução sem resolução de uma série de problemas, que seguem agora para o século XXI", afirma o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes. De acordo com o relatório de 2003 do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Brasil encerrou o século XX com a sexta pior distribuição de renda do mundo, perdendo apenas para Namíbia, Botsuana, Serra Leoa, República Centro-Africana e Suazilândia. O índice é 0,519 no México, 0,408 nos EUA e 0,378 na Índia. O mais baixo é o da Hungria, 0,244. Nos EUA, a concentração de renda subiu, a partir de 1979, e há hoje no país 34,6 milhões de pobres, 12,1% da população.

O grande crescimento econômico do Brasil no século XX

O segundo maior

Um estudo do IEDI (Instituto de Estudos sobre Desenvolvimento Industrial) mostra que, em todo o século XX, o Brasil ficou em segundo lugar entre os países que mais cresceram no mundo - uma média de 4,5% ao ano, igual à da Coreia do Sul e só superada pela de Taiwan (5%). De 1900 a 1973, o Brasil foi o país que mais cresceu no mundo - média de 4,9% ao ano. Já nas décadas de 80 e 90, época de estagnação econômica, o crescimento médio foi de apenas 2,4% ao ano. Os dados foram publicados pela *Folha de S. Paulo* 30-9-03, comentando o lançamento da publicação do IBGE, intitulada *Estatísticas do Século XX*. Na avaliação do analista Nelson

Carneiro, da consultoria Global Invest, o crescimento brasileiro não se traduziu em diminuição da desigualdade porque, nas bases em que foi feito, era necessário concentrar a renda. “O crescimento foi impulsionado por indústrias que vendiam produtos de maior valor agregado, como a automobilística ou a de construção civil. Para vendê-los, era necessária uma classe com alto poder aquisitivo. Por isso tivemos muita industrialização, mas pouca gente consumindo.”

A crise da dívida externa

Renda média do trabalhador cai.

A crise da dívida externa, nos anos 1980, também reduziu o rendimento do brasileiro: de 1981 a 1999, a renda média do trabalhador perdeu 7,5% de seu valor, caindo de R\$ 485,53 para R\$ 449. Nas seis principais regiões metropolitanas do País, o rendimento médio real corrigido caiu 18,5% de maio de 1983 a dezembro de 2000. O salário mínimo no Rio e em São Paulo perdeu cerca de 50% do poder de compra entre o valor mais alto (de 1958 a 1960) e os do final do século. O IBGE não dispõe de uma série unificada desde o início do século com rendimentos, daí a dificuldade de comparar a renda durante cem anos. O salário mínimo era regional até 1984, quando foi unificado nacionalmente. Os dados foram publicados pelo jornal **Folha de S. Paulo**, 30-9-03.

Celso Furtado:

‘O país que cresce e não se transforma, se deforma.’

Celso Furtado, economista homenageado por ocasião do lançamento da publicação **Estatísticas do Século XX** pelo IBGE, comentou, segundo o jornal **O Globo**, 30-9-03: “O país cresceu, industrializou-se e, ao mesmo tempo, vemos uma massa tão grande de subempregados. A população que não participou do desenvolvimento é imensa. É um problema social cada vez mais difícil de resolver, e a solução não pode vir apenas contornando as dificuldades. É preciso ir ao fundo da questão, que é a criação de empregos”. Segundo um dos maiores economistas brasileiros, o modelo capitalista é concentrador. Por isso, são necessárias políticas públicas para inibir o efeito colateral desse modelo. Para ele, se investiu nas elites, e o Brasil adotou um padrão de consumo incompatível com a realidade. “O país que cresce economicamente e não se transforma, se deforma” — resumiu o economista.

Gastos do setor público cresceram 68%.

10% do PIB gasto com juros

Os gastos do setor público (União, estados, municípios e estatais) com o pagamento de juros cresceram 68,8% entre janeiro e agosto deste ano em relação ao mesmo período de 2002, segundo dados do Banco Central. O forte ajuste fiscal realizado no período não foi suficiente para compensar a alta das despesas financeiras. Nos primeiros oito meses do ano, os gastos com juros somaram R\$ 102,417 bilhões. O valor equivale a 10,2% do PIB (Produto Interno Bruto, total de riquezas produzidas pelo país) acumulado no período. Entre janeiro e agosto de 2002, o pagamento de juros consumiu R\$ 60,689 bilhões - ou 7,17% do PIB. A notícia foi publicada pelos jornais **Folha de S. Paulo**, **O Globo** e **O Estado de S. Paulo**, 30-9-03.

Superávit primário

A receita do FMI é cara.

Segundo os mesmos jornais citados acima, entre janeiro e agosto deste ano, o superávit primário ficou acumulado em R\$ 49,293 bilhões - 4,91% do PIB -, contra R\$ 37,363 bilhões - ou

4,41% do PIB - economizados no mesmo período de 2002. O superávit primário também é a meta mais importante fixada pelo acordo entre o Brasil e o FMI (Fundo Monetário Internacional). Se o esforço fiscal do governo ficar aquém do combinado, o país pode perder o direito aos empréstimos concedidos pelo FMI. Entre janeiro e setembro deste ano, o governo brasileiro se comprometeu a economizar R\$ 54,2 bilhões para pagar juros. Para que a meta seja cumprida, o superávit primário de setembro deve ser de, no mínimo, R\$ 4,907 bilhões. O chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, diz que, segundo a **Folha de S. Paulo**, 30-9-03, "é perfeitamente possível chegar a esse número". O superávit primário de agosto ficou em R\$ 4,964 bilhões, o equivalente a 3,68% do PIB.

PIB brasileiro de 2003

Projeção caiu de 1,5% para 0,6%

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, afirmou, dia 30 de setembro, que a tendência é que o BC volte a rever, para baixo, a previsão de crescimento econômico do País para este ano. Segundo ele, a expectativa, hoje de 1,5%, poderá ficar mais próxima das projeções do mercado - na média, de 0,6%. Essa revisão para 0,6% já deverá constar no relatório de inflação que o BC divulgou dia 1º de setembro, com suas projeções para os três últimos meses deste ano, segundo notícia publicada pela **Folha de S. Paulo**, 30-9-03. A se confirmar essa previsão, será o pior desempenho da economia brasileira desde 1998, quando o PIB (Produto Interno Bruto) teve crescimento de apenas 0,2%. No ano passado, último do mandato de Fernando Henrique Cardoso, o crescimento foi de 1,5%.

O SUS é do Brasil

A denúncia de Eduardo Jorge

Eduardo Jorge, médico sanitarista, coordenador da 12ª Conferência Nacional de Saúde, que já foi secretário municipal da Saúde de São Paulo nas administrações Luiza Erundina e Marta Suplicy, foi deputado federal pelo PT e que acaba de se filiar ao PV, publica um contundente artigo na **Folha de S. Paulo**, 1-10-03, sob o título 'O SUS é do Brasil'. No bem fundamentado artigo, Eduardo Jorge denuncia: "Manobrando com vetos à LDO 2004, o Orçamento de 2004 do governo federal descumprirá agressivamente a emenda 29/2000. Pela Constituição, o SUS, por meio do Ministério da Saúde, deveria ter R\$ 5,5 bilhões a mais no orçamento federal de 2004 em relação ao de 2003. Os R\$ 5 bilhões estão lá, no texto que chegou à Câmara - porém com o artifício malicioso de incluir neles R\$ 3,5 bilhões referentes a ações de assistência social do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que tem por lei suas próprias fontes de financiamento. Dessa forma, o Orçamento do Ministério da Saúde/SUS propriamente dito, em 2004, descontada a inflação, será menor do que o de 2003. Será que não existe lei neste país? Para tal atitude contra o povo, eu só encontro uma explicação: a elite brasileira continua ignorando e desprezando o que o SUS representa e representará no País".

Prostituição infantil

Tríplice Fronteira

A comunidade de Foz do Iguaçu vai lançar, em outubro, uma campanha de combate à exploração sexual e comercial infanto-juvenil em toda a região da Tríplice Fronteira. Com o apoio da estatal Itaipu Binacional, a campanha vai atacar lá um grave problema do País. Cerca de 3.500 crianças e adolescentes abaixo de 18 anos vivem em situação de exploração sexual em ruas, boates, discotecas e saunas da Tríplice Fronteira. A notícia foi publicada na coluna 'Panorama Político', do jornal **O Globo**, 29-9-03.

EUA: cresce o número de pobres

Renda familiar cai pelo terceiro ano consecutivo.

“Numa comprovação de que os Estados Unidos vivem uma recuperação econômica que não cria empregos, a renda familiar dos americanos caiu pelo terceiro ano consecutivo em 2002 e 1,7 milhões de pessoas engrossaram o contingente de pobres do país mais rico do mundo, que, no final do ano passado, somava 34,6 milhões. Entre estas, aumentou especialmente o número de crianças, que passou de 11,7 milhões em 2001 para 12,7 milhões em 2002”. A informação foi publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, 29-9-03. O jornal apresenta também alguns dados referentes à renda familiar americana. “A renda familiar dos americanos aumentou de US\$ 38.287 anuais em 1993 para US\$ 43.915 em 1999. Caiu para US\$ 43.848 no ano 2000 e vem declinando desde então, tendo chegado a US\$ 42.409 no ano passado”. Segundo Bill Spriggs, diretor de pesquisa e políticas públicas da National Urban League, instituição dedicada ao estudo da pobreza, classificou os números de ‘assustadores’. “As pessoas estão se enterrando cada vez mais na pobreza, porque a economia não está gerando empregos”, afirmou o especialista.

Companhia de Jesus e o setor social

Perigo de desaparecimento?

Na conferência que abriu a recente reunião de jesuítas do mundo todo, em Loyola, na Espanha, Peter-Hans Kolvenbach, superior geral da Companhia de Jesus, ao relatar o ‘estado da Companhia’ no mundo faz uma constatação contundente: “Às vezes, se repreende a Companhia por ter deixado a causa da educação para se lançar na ação social. É preciso render-se à evidência de que o setor educativo está em pleno auge, enquanto na Companhia de Jesus, o setor social propriamente dito corre perigo de desaparecer, se não se fizer o quanto antes um esforço especial. Refiro-me ao setor social, aquele que engloba centros sociais, formas de inserção entre os desfavorecidos, apoio aos sindicatos e movimentos populares”. E o padre geral da Companhia de Jesus continua: “No conjunto dos ministérios e atividades da Companhia de Jesus, existe a crescente convicção de que o serviço privilegiado aos mais pobres e necessitados é parte integrante da missão de Cristo que estamos chamados a continuar: viver com Cristo nos pobres e abraçar com Ele a causa dos pobres. Como toda a vida consagrada, também a Companhia de Jesus se sente impulsionada a servir os pobres, a imitação do Senhor, com o dom humilde e gratuito de nós mesmos e, ao mesmo tempo, atuar na sociedade humana e nas suas estruturas de pecado. Nesta verdadeira missão, se trata, sobretudo, de velar pela imagem divina desfigurada nos rostos de tantos irmãos e irmãs que sofrem a miséria e a injustiça”.

Soja transgênica

O monopólio da Monsanto

Segundo especialistas ouvidos pela **Folha de S. Paulo**, 30-9-03, a liberação do plantio de soja transgênica no País, neste ano, abre espaço para a expansão da área plantada mundialmente com sementes geneticamente modificadas dessa cultura, consolidando o monopólio da Monsanto no setor. Hoje as culturas transgênicas ocupam 58,7 milhões de hectares em todo o Planeta e crescem a taxas superiores a 10% ao ano, segundo a International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications (ISAAA). A área cultivada com soja geneticamente modificada corresponde a mais da metade das lavouras transgênicas - 36,5 milhões de hectares. Como no Brasil a soja é cultivada em 18,4 milhões de hectares, a liberação do plantio

significaria um salto considerável para os transgênicos no mundo. “O risco maior é a consolidação do monopólio da Monsanto no setor, cuja semente, a Rondup Ready, já é utilizada em 90% das lavouras, em todo o mundo,” diz o engenheiro agrônomo Leonardo Melgarejo, doutor em engenharia de produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Segundo Melgarejo, outro risco é a soja transgênica varrer do mapa agrícola os pequenos produtores, aumentando o êxodo rural. “Na Argentina, a soja transgênica expandiu a área mínima viável para a produção, e os pequenos agricultores estão desaparecendo”, afirma o pesquisador. Os defensores da liberação dos transgênicos argumentam que não existe monopólio da Monsanto no setor. “Ela detém a patente do gene introduzido na planta, que a torna resistente ao glifosato [princípio ativo do herbicida Rondup Ready], mas não é a única produtora de sementes modificadas por esse gene, por isso não há monopólio”, diz Ivo Carraro, diretor-executivo da Codetec (Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola), de Cascavel. A Codetec desenvolve, desde 1998, algumas variedades próprias de sementes de soja, sob licença da Monsanto. A Embrapa também tem parceria semelhante com a empresa americana. Segundo Carraro, além da Monsanto, outras indústrias desenvolvem pesquisas com sementes modificadas de soja, como a Bayer, a Sigenta, a Milênia e a Basf. Essas empresas ainda são minoria no mercado mundial. A pressão pela liberação vem principalmente dos produtores do Rio Grande do Sul, que já cultivam o produto transgênico, com sementes trazidas ilegalmente da Argentina. “Eles se animaram com a redução de custos imediata, mas a produtividade é menor e, com a liberação, terão de pagar *royalties*, o que reduzirá seus ganhos”, diz Melgarejo. Nos EUA, a Monsanto cobra US\$ 67,45 de *royalties* por hectare e, na Argentina, US\$ 49,83.

Da Crítica à razão dualista ao Ornitorrinco

O prefácio de Roberto Schwarz

Roberto Schwarz, professor aposentado de teoria literária na Universidade Estadual de Campinas e autor de *Ao Vencedor as Batatas* e *Um Mestre na Periferia do Capitalismo* (ambos pela editora 34), escreve o prefácio da segunda edição do livro *Crítica da razão dualista* de Francisco de Oliveira. O livro traz um capítulo inédito intitulado *Ornitorrinco*. No prefácio de Roberto Schwarz, publicado no caderno *Mais* da *Folha de S. Paulo*, 28-9-03, ele escreve: “A transformação do Brasil em ornitorrinco se completou, segundo Francisco de Oliveira, com o salto das forças produtivas a que assistimos em nossos dias. Este foi dado pelos outros e não é fácil de repetir. A terceira revolução industrial combina a mundialização capitalista a conhecimentos científicos e técnicos, os quais estão seqüestrados em patentes, além de submetidos a um regime de obsolescência acelerada, que torna inútil a sua aquisição ou cópia avulsa. Do ponto de vista nacional, o desejável seria incorporar o processo no seu todo, o que, entretanto, supõe gastos em educação e infra-estrutura que parecem fora do alcance de um país pobre e incapaz de investir. Nessas circunstâncias de neo-atraso, os traços herdados do subdesenvolvimento passam por uma desqualificação suplementar, que compõe a figura do ornitorrinco. No campo dos trabalhadores, a nova correlação de forças leva ao desmanche dos direitos conquistados ao longo da quadra anterior. A extração da mais-valia encontra menos resistência, e o capital perde o efeito civilizador que pudesse ter. A tendência vai para a informalização do trabalho, para a substituição do emprego pela ocupação ou, ainda, para a desconstrução da relação salarial. A liga do trabalho rebaixado com a dependência externa, consolidada na semi-exclusão científico-técnica do País, aponta para a sociedade derrotada. As reflexões do autor a esse respeito e a respeito das novas feições do trabalho abstrato darão pano para discussão. Também do lado da propriedade e do mando há reconfiguração, que refluí sobre o passado. Contra as explicações automáticas pelo interesse

material imediato ou pela tradição, o acento cai no aspecto consciente das escolhas, dotadas de certa liberdade, o que, aliás, só lhes agrava o teor”.

Uma nova classe social brasileira

A tese polêmica e contra-intuitiva de Francisco de Oliveira

Para Roberto Schwarz, no instigador prefácio à segunda edição do importante livro de Francisco de Oliveira, “a tese mais polêmica e contra-intuitiva do ensaio refere-se à formação de uma nova classe social no País. Como a análise de classe está fora de moda, não custa reconhecer o interesse fulminante que lhe é próprio, desde que não se reduza à recitação de um catecismo. A partir das ‘recentes convergências programáticas entre o PT e o PSDB’ e do ‘aparente paradoxo de que o governo de Lula realiza o programa de FHC, radicalizando-o’, o autor observa que ‘não se trata de equívoco, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e intelectuais *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e operários transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento do ‘mapa da mina’”. O leitor julgará por conta própria a força explicativa da hipótese, as observações sociais e históricas em que se apóia, as suas conseqüências para uma teoria atualizada das classes, a sua originalidade e coragem intelectual e, sobretudo, as implicações que ela tem para a política. De nossa parte, assinalamos apenas a sua ironia objetiva. Para decepção dos socialistas, a centro-esquerda formada na luta contra a ditadura não resistiu aos anos da redemocratização. A divisão cristalizou-se no antagonismo partidário-eleitoral entre esquerda e centro-direita, acompanhado das correspondentes adjetivações recíprocas. Agora, passados dez anos de governo da centro-direita, a vitória de Lula nas eleições pareceria um ponto alto desse enfrentamento. Não obstante, à luz das primeiras medidas do novo governo, Francisco de Oliveira estima que o núcleo dos partidos adversários na verdade compõe duas faces de uma nova e mesma classe”. Francisco de Oliveira estará na Unisinos, a convite do IHU, no dia 16 de outubro, dentro da programação do **Ciclo de Estudos sobre o Brasil**.

Direitos humanos

Brasil: o país da tolerância e da impunidade.

Terceira relatora especial enviada pelas Nações Unidas ao Brasil em três anos, a advogada paquistanesa Asma Jahangir, de 51 anos, encerrará suas investigações sobre a ação dos grupos de extermínio no país, dia 8, mas já concluiu que eles são basicamente formados por autoridades policiais e ruralistas. Ela recomendará mudanças rápidas ao governo Lula. Segundo disse em entrevista ao jornal **O Globo**, 29-9-03, o Brasil não tem estabilidade em seus subterrâneos. Barrada ao tentar entrar na Febem, mesmo com um mandado da ONU, e depois do assassinato de uma de suas testemunhas, anteontem à noite, Asma Jahangir disse que as pessoas estão se perdendo num ‘emaranhado de crateras’, existentes no País. Segundo ela, o Brasil “é um País onde há muita tolerância, mas as violações aos direitos humanos, as torturas e as execuções causam muita preocupação. Desde que estou aqui, duas pessoas com as quais falei começaram a sofrer ameaças de morte e uma outra foi morta agora. Aqui no Brasil, os elementos da polícia que estariam ligados aos esquadrões de extermínio fugiram totalmente do controle. E o que é mais importante ainda: os assassinos, no Brasil, sabem que aqui a impunidade impera e que eles podem simplesmente matar e se livrar da punição em qualquer lugar do país e em qualquer momento”.

O Brasil de Lula tem futuro

O PT deixou de ter ilusões revolucionárias.

O conhecido sociólogo francês, Alain Touraine, grande amigo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em entrevista publicada no jornal **O Globo**, 28-9-03, aposta no sucesso de Lula no governo do Brasil. Segundo ele, “não devemos ser pessimistas sobre o Brasil. O Partido dos Trabalhadores passou das ilusões revolucionárias para um discurso mais realista em favor das mudanças sociais. E nisso acho que Lula tem muito mais chance de sucesso que seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso. O País pode fazer sua própria mudança rumo à redução da pobreza”. Para o autor do clássico **Palavra e Sangue, Política e Sociedade na América Latina**. Campinas: Unicamp, 1989, “o que provoca hoje o desenvolvimento amplo que se espera para um país é um conjunto de três ações de governo: uma certa capacidade de tomar decisões de mudança, o poder de envolver a população e as elites neste processo de mudança e fixar compromissos a serem atingidos. E, ao meu ver, o Presidente Lula tem feito tudo isso. Ele criou uma base de apoio parlamentar que, mal ou bem, vem ajudando a aprovar as reformas. Pela primeira vez, estou vendo uma verdadeira mobilização social e sinto que Lula está explorando muito bem o apoio que tem de 80% do eleitorado. E ele traçou metas de mudanças para suas equipes”.

Decepção e esperança na América Latina

A retomada do desenvolvimento, segundo Alain Touraine

Alain Touraine, autor de uma importante obra sociológica na qual se destaca, entre outros, além do livro acima citado, a obra **A Crítica da Modernidade** (Editora Vozes), no artigo, com o título acima, publicado no caderno *Mais* da **Folha de S. Paulo**, 28-9-03, discute o tema do desenvolvimento que é também, por acaso, o tema central do boletim **IHU On-Line**, da semana passada. A partir da pergunta “Quais são as condições do que se pode chamar de desenvolvimento, para retomar uma palavra que fizemos mal em abandonar?”, Alain Touraine responde: “Há pelo menos três, todas indispensáveis. E nos três casos a realidade está longe de corresponder às necessidades. A primeira é a cidadania. Essa palavra é mais clara que democracia. O desenvolvimento é sempre de um povo, de um território com suas instituições e sua cultura, pois sem cidadania cada grupo se fecha sobre si mesmo, e a competição ou os conflitos entre as partes do conjunto acabam por exauri-lo, como se vê em muitos países africanos”.

Chile, Brasil, México e Argentina

Capazes de um projeto de desenvolvimento?

Alain Touraine, sempre no mesmo artigo acima citado, analisa as possibilidades e os limites do Chile, Brasil, México e Argentina de assumirem um projeto de desenvolvimento. Ele afirma que, tendo em vista o acima refletido, “alguns países da América Latina, como o Chile e o Brasil, mas também o México, apesar da rejeição dos indígenas, adquiriram uma consciência nacional e até um certo espírito de cidadania. O segundo componente é o mais difícil de possuir. Poderia ser chamado de classes sociais ou, mais claramente, coalizões de forças definidas por seus conflitos. A multiplicação dos grupos de interesse semeia a confusão. A polarização social, ao contrário, é dinâmica, sobretudo porque os campos opostos procuram elaborar uma política global, que inclua a diretriz do Estado, um projeto de educação etc. O Chile foi praticamente o único país que conheceu essa polarização que sempre faltou à Argentina, apesar do discurso das sucessivas CGTs [centrais sindicais]. Polarização que tampouco esteve presente no

México, onde o sindicalismo foi, há muito tempo, incorporado ao aparelho de Estado, nem no Brasil. O terceiro elemento é, pelo menos na aparência, o mais fácil de possuir: a crença na razão, que permite superar o mundo paralisante dos particularismos e todas as formas de nostalgia do paraíso perdido. Nisso a América Latina, em seu conjunto, é fraca, como o demonstra o estado de suas universidades e de seus centros de pesquisa. Buenos Aires já brilhou intensamente; hoje, só o eixo São Paulo-Campinas atinge um nível internacional, por mais que o México tenha alguns pontos fortes, enquanto o Chile, tão racional e laborioso, não conta com instituições que permitam a seus pesquisadores mobilizar o político. Tudo isso parece muito didático e distante da realidade, mas é justamente a 'realidade' - que está distante do desenvolvimento- que é insatisfatória. E explicar tudo pela dominação estrangeira só leva à complacência ou à expectativa de uma crise milagrosa que destruiria o adversário. Mas não escrevo estas linhas para me distanciar da realidade ou passear pela utopia. Ao contrário, se o faço, é porque o que era impensável se tornou possível. O desencadeamento da cruzada americana, do triunfo de uma lógica de guerra sobre uma lógica de globalização econômica, dá aos países do continente, sobretudo aos mais sólidos, uma autonomia de ação e, conseqüentemente, uma consciência de suas responsabilidades e de suas possibilidades que eles não tinham antes. O Chile desperta aos poucos do medo de si mesmo e de Pinochet; a Argentina acaba de romper com sua total dependência do sistema financeiro internacional. O México, ao contrário, está paralisado por sua impotência de criar um sistema político”.

Brasil, livre do populismo revolucionário e do liberalismo ortodoxo

A continuidade do governo FHC e Lula

Finalizando o seu artigo, Alain Touraine escreve: “Mas, para além dos aspectos favoráveis ou desfavoráveis existentes na maioria dos países da região, é o Brasil que tem condições para encontrar uma solução. Nele, o populismo revolucionário e o liberalismo ortodoxo já não têm mais força. E existe um amplo consenso favorável à solução preparada por Fernando Henrique Cardoso e que Lula quer aplicar: finalmente aliar a educação ao progresso social mediante uma forte consciência nacional e a uma vontade ativa de entrar na economia mais moderna. Mas o Brasil só poderá atingir esses objetivos se aumentar seu nível de mobilização social e até de conflitividade. Há muito tempo, a conjuntura não era tão favorável ao Brasil, ao Chile e a seus parceiros, entre os quais a Argentina leva a vantagem de apresentar um alto nível de educação. Mas é preciso que a consciência não entrave a existência, que a ideologia não recuse a realidade, que a vontade coletiva se una ao calor dos conflitos e à confiança na produção, no investimento e no trabalho. É chegada a hora do aumento da produção e da luta maciça contra a miséria urbana. É preciso que, por toda a parte, as vontades despertem e as mudanças se acelerem”.

O intelectual e a democracia

Segundo Agnes Heller

Agnes Heller, professora da cadeira Hannah Arendt de Filosofia e Ciência Política da New School for Social Research, em Nova Iorque, foi entrevistada por Francisco Ortega. A entrevista está publicada no livro **Agnes Heller**, coleção Pensamento Contemporâneo, da Editora da UERJ, Rio de Janeiro. Nesta entrevista, nas páginas 34 e 35, a grande intelectual contemporânea, reflete sobre a importância do intelectual para a democracia. Segundo ela, “não se pode ter uma democracia duradoura sem a presença de personalidades fortes que sejam atores intelectuais. Intelectuais que não estejam comprometidos com algum tipo de política, mas que sejam livres, não no sentido de possuírem uma liberdade vacilante, como diz Karl Mannheim, mas no sentido de independentes. Indivíduos que, de acordo com Kant e Arendt, têm autonomia de pensamento e possuem capacidade de se colocar no lugar dos

outros. Essas pessoas ilustradas e auto-reflexivas são necessárias à democracia. Se a democracia não possuir um líder cultural, outro líder surgirá, oriundo da sociedade de massa, fruto da própria imagem de alguém que reflete a massa. Onde não existe o líder cultural, as artes, as questões espirituais e a própria cultura são guiadas apenas pelos meios de comunicação de massa e o mercado. O líder cultural introduz uma espécie de pluralismo nos juízos de valores e na distribuição de bens e serviços. Se os líderes são efêmeros, o mercado se empenha ao máximo para manter-se como único árbitro no território das artes, da vida espiritual e da cultura. Para mim, essa estrutura impede um bom desenvolvimento da democracia". O prefácio deste livro é de Jurandir Freire Costa.

Frases da Semana

Kirchner

"É impossível um projeto de país, se não consolidamos uma burguesia nacional verdadeiramente comprometida com os interesses da Argentina". – Néstor Kirchner, presidente da Argentina, ao receber, na Casa Rosada, os banqueiros argentinos prontos em investir 500 milhões de pesos em obras públicas. – **Clarín**, 30-9-03.

Celso Furtado

"Os problemas estão todos expostos. Ninguém tem dúvida de que é preciso desconcentrar a renda, mas ninguém faz isso. O problema é muito mais de um imobilismo crônico de uma sociedade que não tem vontade de mudar. Aceitam a problemática, o diagnóstico, respeitam, elogiam, homenageiam, mas depois..." – Celso Furtado, ao receber uma comenda do IBGE, por ocasião do lançamento da publicação **Estatísticas do século XX**. – **Folha de S. Paulo**, 30-9-03.

Joseph Stiglitz

"Não é verdade que o crescimento virá após anos e mais anos de estabilização, privatização e liberalização financeira e comercial. As evidências mostram o contrário". – Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de economia. – **Valor Econômico**, 23-9-03.

Fidel e Lula

"Achei um sucessor para liderar a América Latina". – Tilden Santiago, embaixador do Brasil em Cuba, dizendo que quase entendeu o que Fidel Castro queria dizer ao final do primeiro almoço oficial do presidente Lula com o presidente cubano. – **O Globo**, 1-10-03.

"Fidel considera Lula o quadro político com maior chance de operar a integração latino-americana". – Tilden Santiago, embaixador brasileiro em Cuba. – **O Globo**, 1-10-03.

Direitos Humanos

"Horrível, horrível, horrível". – Asma Jahangir, relatora especial das Nações Unidas para Execuções Arbitrárias, Sumárias e Extrajudiciais, ao término da visita a duas unidades da Febem paulista. – **Folha de S. Paulo**, 30-9-03.

"Vejo aqui um quadro miserável, triste, onde não há justiça. Há matança" - Asma Jahangir, relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU), depois de visitar as favelas do Borel e do Jacarezinho, no Rio – **O Estado de S. Paulo**, 6-10-03.

Juros e calote

“Juros na altura dos que são pagos pelo Brasil já embutem o preço de um calote. Se e quando este ocorrer, o credor já terá obtido, e com muita folga, o retorno de seu investimento”. – Clóvis Rossi, jornalista. - *Folha de S. Paulo*, 1-10-03.

OMC e FMI: um fracasso

“O encontro malogrado da OMC em Cancún de duas semanas atrás deve servir de aviso: algo está fundamentalmente errado com a maneira como o sistema de comércio global está sendo administrado. Da mesma forma, também existe algo fundamentalmente errado com o sistema financeiro global. Quantos encontros do FMI ainda deverão se passar, quantas crises mais deverão ocorrer, até que essa dura verdade seja assimilada?” –Joseph Stiglitz, no artigo *O FMI fracassa mais uma vez*. – *Valor Econômico*, 26 a 28 –9-03.

MEMÓRIA

*No dia 5 de outubro, ontem, a atual Constituição brasileira completou quinze anos. Reproduzimos a entrevista do professor Dalmo de Abreu Dallari, professor aposentado da USP, um dos mais importantes ícones da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Jurista de renome internacional por sua defesa incondicional da Constituição brasileira, Dallari é juiz do Tribunal Permanente dos Povos e assessor do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). A entrevista foi publicada pela Agência **Carta Maior** no dia 27 de setembro de 2003.*

Carta Maior: Quando proclamada, em 05 de outubro de 1988, a Constituição Federal brasileira foi saudada como uma das mais avançadas e belas do mundo. Quinze anos depois, qual a sua avaliação sobre a nossa Magna Carta? Houve avanços? Retrocessos?

Dalmo de Abreu Dallari: A primeira constatação importante a fazer é que a Constituição de 1988 é a mais democrática de todas as outras que o país já teve, pois é a primeira feita com grande participação popular. Em segundo lugar, é a mais democrática pelo conteúdo. É a primeira Constituição que começa firmando princípios, dos quais prevê que o poder emana do povo e será exercido ou pelo povo diretamente ou através de seus representantes.

Todas as Constituições anteriormente promulgadas só previam a participação do povo através de representação e a atual prevê a democracia direta. No conteúdo da Constituição, pode-se encontrar toda essência dos pactos de direitos humanos, civis, políticos, culturais, econômicos e sociais, daí sua modernidade, que dá prioridade à pessoa humana e estabelece uma série de instrumentos para a efetivação dos direitos fundamentais.

Podemos concluir que se essa Constituição fosse inteiramente aplicada, o Brasil seria formado por uma sociedade justa, o que não acontece. A partir de 1988, se verificou uma desmobilização do povo brasileiro, pela impressão que tendo, com uma Constituição democrática, tudo iria funcionar espontaneamente. Não havendo mais a presença forte do povo, muitos representantes (e interessados que influem sobre os representantes, sobre o governo) começaram a trabalhar para impedir a aplicação da Constituição e - pior do que isso - para tentar revogar a Constituição. Além disso, a Constituição brasileira já sofreu 40 emendas em 15 anos, enquanto a dos EUA, em 250 anos, só teve 26 emendas.

CM: Neste período, 40 emendas vieram alterar pontos importantes da Constituição original. Como o Senhor encara esse "costume" de alterar a essência da CF. O Senhor acha que as emendas se justificam ou a Constituição deveria ser mais rígida?

Dalmo de Abreu Dallari: Essas emendas absolutamente não se justificam. Em primeiro lugar, grande parte destas emendas foi feita sob o pretexto de que a Constituição era muito longa. No entanto, percebemos que elas tornaram a Constituição mais longa ainda.

Em segundo lugar, vem a questão da governabilidade. É comum ouvir dizer que essa Constituição torna o Brasil ingovernável, o que é um absurdo completo e sem fundamento. Ninguém nunca provou essa tese. Usa-se esse argumento levemente. Na verdade, ela não atrapalha o Brasil de modo algum, bem pelo contrário, se ela fosse aplicada, daria muito mais tranquilidade aos brasileiros, mais paz social e menos conflitos.

Verifica-se que as emendas foram feitas à espera da oportunidade de revogar a Constituição e como não era possível a revogação total, procurou-se a revogação de partes. Isso ficou muito evidente durante o governo FHC (Fernando Henrique Cardoso), podendo-se até perceber uma diretriz que tem como pontos básicos a redução dos direitos fundamentais. Um grande exemplo é a chamada flexibilização dos direitos trabalhistas e as privatizações, que reduzem a participação do Estado na vida social brasileira, quando se sabe que sem o Estado, as discriminações sociais jamais desaparecerão.

CM: Como o Senhor vê a Reforma da Previdência empreendida pelo governo federal? De que forma ela transforma a visão de Estado prevista na nossa Constituição de 1988?

Dalmo de Abreu Dallari: Eu acho que a Reforma da Previdência foi mal orientada porque ela se inspirou basicamente em razões econômicas. Se nós fizermos um levantamento do que tem sido a Previdência, do montante de dinheiro arrecadado, da destinação desse dinheiro, veremos que está sobrando dinheiro. O contrário do que se tem dito. Na verdade, o volume de sonegação ainda é muito alto, assim como o número de apropriações indébitas, de empresários que descontam do empregado e ficam com o dinheiro. Nesses dois casos, nem o governo FHC e nem o governo Lula tomaram qualquer iniciativa para combatê-los.

Além disso, um terceiro ponto é fundamental. Há muitos anos, o governo federal usa dinheiro da Previdência para tapar os "buracos da caixa". Então, o dinheiro que deveria ser usado na Previdência, é retirado e usado pelo governo federal em outras coisas. Feitas as contas, o governo federal é o maior devedor da Previdência e se esse dinheiro fosse melhor aplicado, não haveria crise alguma.

Ao meu ver é inconstitucional a negação dos direitos adquiridos. Estes são princípios tradicionais do Direito, que vigoram no mundo inteiro e que estão expressamente acolhidos na Constituição brasileira, de maneira que uma decisão que não os respeitam será inconstitucional.

CM: O que é imutável na Constituição?

Dalmo de Abreu Dallari: Há dois aspectos a serem considerados. Primeiro, a Constituição brasileira é a expressão de um sistema democrático, sendo que qualquer proposta que contrarie a democracia é inconstitucional. Por exemplo, não se pode propor uma ditadura, uma monarquia hereditária no país. É simplesmente impensável. Além disso, no artigo 60 da Constituição é feita a enumeração de pontos formalmente imutáveis, mas há outros pontos que são considerados como tal por serem inerentes ao sistema.

Na verdade, o que dá força à Constituição é o caráter democrático, a começar pela previsão de participação direta do povo e, a par disso também, a afirmação de direitos e garantias, que se forem utilizadas vão garantir efetivamente a democracia.

CM: Há uma grande discussão sobre em qual nível hierárquico se inserem os tratados internacionais de Direitos Humanos. Qual a importância dessa discussão?

Dalmo de Abreu Dallari: Essa discussão é fundamental porque o Supremo Tribunal Federal (STF) tem considerado que esses tratados não têm natureza constitucional. Considera-se que são da mesma natureza que uma lei ordinária, o que gera uma instabilidade, porque não adianta o Brasil celebrar um tratado, se existe a possibilidade de anulação por uma lei feita no Congresso. E nós sabemos que muitas dessas leis são negociadas, que muitos dos que votam essas leis não consideram o conteúdo e os efeitos sociais, o que torna os tratados muito frágeis.

Há também um outro aspecto. A Constituição diz expressamente no artigo 5º, parágrafo 2º, que os direitos enumerados na Constituição não são exaustivos e que, além dos direitos enumerados, consideram-se partes da Constituição, os direitos que resultarem de acordos e tratados celebrados pelo Brasil, envolvendo direitos fundamentais. Então o correto seria considerar que os tratados de Direitos Humanos fazem parte da Constituição.

CM: O que é preciso fazer para tornar aplicáveis inúmeros preceitos em prol dos Direitos Humanos previstos na nossa Constituição?

Dalmo de Abreu Dallari: Como existe uma resistência muito grande das elites sociais e de setores do governo, inclusive do parlamento e do STF, a única forma de garantir a efetiva aplicação da Constituição é a mobilização do povo. Não há outro caminho. Aí se inserem os movimentos sociais, que possuem um papel extremamente importante para garantir a aplicação da Constituição, atuando das mais variadas formas, institucionalizada ou através de associações e sindicatos. Pode ser também através de mobilização social, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que não tem personalidade jurídica, não é uma associação, mas é um movimento social, consistindo uma forma muito eficiente de conseguir resultados. Forma eficiente e legítima, porque tem base constitucional.

ACONTECE

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SUSTENTABILIDADE

Conforme ocorre todas as primeiras segundas-feiras de cada mês, os professores, professoras e pesquisadores, pesquisadoras da Área de Concentração II – Trabalho, Solidariedade e Sustentabilidade do IHU tem reunião de estudos marcada para hoje, dia 6 de outubro. Serão discutidos os textos *Sociedade do trabalho e sociedade sustentável*, do Prof. Dr. Inácio Neutzling, *CUT, desemprego e reformas trabalhistas*, de José Dari Krein e *É necessário desvincular e emprego e renda* de Josué Pereira da Silva. Para a reunião, foram convidados os colegas da Área de Concentração I – Ética, Cultura e Cidadania e do Programa Unitrabalho.

LANÇADO CADERNOS IHU IDÉIAS NÚMERO 7

O sétimo número da publicação *Cadernos IHU Idéias*, do Instituto Humanitas Unisinos, acaba de ser lançado. O título é *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV*, de autoria da

Prof.^a Dr.^a Suzana Kilpp², do Centro de Ciências da Comunicação da Unisinos. Suzana é doutora em Ciências da Comunicação pela Unisinos com a tese intitulada *Ethnicidades televisivas. Sentidos identitários na TV: moldurações homológicas e tensionamentos*. É autora do livro, entre outros, **Apontamentos para uma história da televisão no Rio Grande do Sul**, São Leopoldo: Unisinos, 2000. O texto estrutura-se da seguinte maneira: Introdução; 1.- Ethnicidades, molduras e moldurações; 2.- Sentidos nacionais: a brasilidade televisiva e a ethnicidade dos brasileiros; 3.- As gramáticas televisivas; 4.- O televisivo: ethnicidades e mundos televisivos. O caderno é complementado com a bibliografia e uma entrevista com a autora publicada no **IHU On-Line**, número 40, de 28 de outubro de 2002.

O texto trata de um estudo profundo e de alta relevância por quatro motivos que a autora apontava na época em que apresentou o tema no **IHU Idéias**, em 31 de outubro de 2002. A TV é a principal mídia para a maior parte dos brasileiros. É uma mídia que diz muito sobre o modo como a sociedade funciona, especialmente pelas práticas de caráter técnico e estético. Ela pode ser considerada a principal mídia no processo de globalização. Kilpp destaca o fato de as mídias e a TV serem hoje o mais importante espaço onde circulam as mercadorias simbólicas e onde se agrega valor simbólico às mercadorias que circulam. Para Suzana, a TV lida com ethnicidades (subjetividades virtuais), com identidade nacional, brasilidade. Ela atua nas pessoas, produzindo sentido para elas e para as relações entre “eu” e o “outro”. O artigo procura analisar a fundo como os brasileiros são moldurados na TV. Define como categorias de análise: “ethnicidades”, “molduras” e “moldurações”. Ao ver televisão, é importante ver dentro de que propostas de molduras aparecem as relações.

A TV, no Brasil, jogou um papel importante na unificação do território e das gentes brasileiras e a sua influência na subjetividade dos brasileiros precisa ser melhor conhecida.

Para aprofundar o tema, basta adquirir um exemplar do número 7 de **Cadernos IHU Idéias** na Livraria Cultural, ao lado Instituto Humanitas Unisinos. Para maiores informações: humanitas@poa.unisinos.br

EVENTOS IHU

CICLO DE ESTUDOS SOBRE O BRASIL

No próximo dia 9 de outubro, a sala 1G119 do IHU, das 14h às 17h, será espaço para mais uma edição do **Ciclo de Estudos sobre o Brasil - 2ª. Etapa**. O Prof. Dr. Carlos Águedo Nagel Paiva falará sobre o livro **A revolução burguesa no Brasil**, de Florestan Fernandes. Mestre e doutor em Economia pela Unicamp, Paiva é pesquisador da Fundação de Economia e Estatística (FEE) - Centro de Estudos Econômicos e Sociais - Núcleo de Estudos do Estado e do Sistema Financeiro.

Confira a seguir a entrevista concedida pelo professor a **IHU On-Line** na última semana:

FLORESTAN FERNANDES: A CHAVE PARA COMPREENDER O MOMENTO ATUAL

Entrevista com Carlos Paiva

IHU On-Line- Qual é o principal aporte de Florestan Fernandes?

² Com a autora foram publicadas duas entrevistas no **IHU On-Line**, edições 40, de 28 de outubro de 2002, e 76, de 22 de setembro de 2003.

Carlos Paiva- Florestan Fernandes é, dentre os grandes intérpretes do desenvolvimento capitalista brasileiro, o único que conseguiu desvendar uma particularidade de nosso desenvolvimento. Nós temos uma transição para o capitalismo e, portanto, uma revolução do ordenamento tanto da economia quanto da sociedade e do ambiente político, que se realiza sob uma forma especificamente contra-revolucionária. A nossa revolução burguesa se deu de uma forma contra-revolucionária. Isso foi um fato que ficou sem explicação e gerou uma polêmica importante nos anos 60, enquanto alguns teóricos, especialmente ligados ao Partido Comunista diziam que era necessário dar um passo a mais para avançar a ordem burguesa no País, porque ela não estaria consolidada, outros diziam que a ordem burguesa já existia há muito tempo. Era uma controvérsia porque não se notava, na história, um momento de transição. Florestan analisa como aconteceu a transição e como ela se escondeu atrás de formas especificamente contra-revolucionárias. Ele vai revelar para nós todo o caráter revolucionário da nossa Independência, da República, da Abolição da Escravatura e como conseguiu se processar no poder, na ordem estabelecida. Portanto a forma é contra-revolucionária, mas, o conteúdo comporta uma revolução muito particular.

IHU On-Line- A importância intelectual do autor foi acompanhada pelo compromisso do militante?

Carlos Paiva- Ele foi também uma figura política importante, mas a produtividade do cientista é tão grande e ele influenciou tantas gerações de pensadores que isso ofusca as outras dimensões da vida dele. É das primeiras gerações dos professores propriamente brasileiros da USP. Ele esteve na USP desde sua organização, junto com um núcleo de professores que vieram da França. Foi um dos primeiros a assumir a cátedra de Sociologia.

IHU On-Line- A Revolução burguesa no Brasil seria, entre suas obras, a de maior destaque?

Carlos Paiva- Sim, é a maior obra de Florestan. A obra dele tem uma dimensão de sociologia diacrônica ou historiográfica que é, para mim, a mais valiosa. Além disso, tem toda uma outra dimensão de teoria sociológica pura que constitui uma contribuição importante. Ele permitiu que a sociologia não se dividisse em vertentes opostas. Ele usava bem Durkheim, Max Weber e Marx. E se recusava a divisões principistas. Com a utilização do método marxista, que era a principal referência para ele, não anulava também a possibilidade de usar o método Weberiano e o método Durkaniano. A sociologia podia ser vista sob três perspectivas complementares. Ele possibilitou que, na sociologia, se rompesse com certo pré-conceito contra leituras formalmente adversárias, muito antes do que aconteceu na história, ou na economia do Brasil. Nesta última, as lutas entre escolas estruturalistas e monetaristas demoraram décadas. Florestan contribuiu para que todas as correntes da sociedade fossem igualmente respeitadas.

IHU On-Line- De que forma Florestan Fernandes nos ajuda a compreender o Brasil de hoje?

Carlos Paiva- Florestan é um autor que desvenda processos. Por trás de sua aparência de continuidade, ele nos revela as mudanças que estão acontecendo tanto na infra-estrutura como na superestrutura. No momento em que nós esperávamos mudanças muito mais profundas, ele nos ajuda a ver a continuidade. Este jogo entre a mudança e a continuidade é uma dialética muito particular no Brasil e está se repetindo agora em que se está conservando mais do que se esperava. Florestan é a chave para entender como se processam as relações entre estrutura política e econômica que obriga a ambas a mudar numa determinada velocidade. Não existem

grandes revoluções políticas, mas existe uma mudança política permanente que responde às pressões da base econômica. Florestan ajuda demais a entender o governo Lula.

IHU IDÉIAS

Na última edição do *IHU Idéias*, dia 2 de outubro de 2003, o professor René Gertz, da PUCRS, debateu com o público o tema *A Revolução de 1930: história e historiografia*. Na ocasião, Gertz se referiu à Revolução de 30 como o “evento político mais incisivo na História do Brasil”. Do ponto de vista da historiografia, o professor apresentou as três grandes linhas para interpretar a Revolução de 30: a de que ela foi uma revolução das classes médias, a de que ela foi nossa Revolução Francesa e a de que foi uma revolução estatista.

Ecoss do Evento

“Acho muito importante recuperar e discutir esse aspecto fundamental da História do Brasil, que demarca o período de industrialização do País, num momento em que ele tenta encontrar seus caminhos”.

Prof. Dr. Valério Brittos, professor no Centro de Ciências da Comunicação da Unisinos.

“A discussão foi muito interessante e apropriada. René conseguiu fazer uma perfeita síntese e colocar a reflexão dele sobre o processo. Ele tratou de aspectos diretamente ligados à Revolução de 30 e enriqueceu com as três linhas básicas de interpretação do evento”.

Profª. Dr.ª Sirlei Teresinha Gedoz, professora no Centro de Ciências Humanas da Unisinos.

Na próxima quinta-feira, dia 9 de outubro de 2003, o debate sobre o tema *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* está a cargo do Prof. Dr. Gunter Axt, historiador e pesquisador do Memorial do Judiciário e do Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Axt é graduado e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), com tese intitulada *Gênese do Estado burocrático-burguês no RS (1889-1929)*.

Acompanhe a programação do IHU Idéias para o mês de outubro:

16/10/03 – “Júlio de Castilhos e o PRR: da oposição ao governo” – Profª. Drª. Eloísa Capovilla Ramos, professora na Unisinos.

23/10/03 – “A contribuição do gaúcho para a construção da identidade nacional” - Prof. Dr. Donald Schüler, professor aposentado na UFRGS.

30/10/03 - “Produção e regulamentação: as barreiras da televisão” - Prof. Dr. Valério Brittos, professor na Unisinos.

O IHU Idéias é um evento gratuito que acontece todas as quintas-feiras, na sala 1G119, junto ao IHU, das 17h30min às 19h. Ao final da explanação, sempre são servidas bebidas: chocolate quente, café e água.

HUMANITAS ARTE

A segunda edição do evento Humanitas Arte inicia hoje, dia 6 de outubro. O artista plástico Paulo Chimendes terá suas obras de litografia expostas na Sala de Seminários 1 da Biblioteca da Unisinos, no período que começa hoje e estende-se até o dia 17 de outubro de 2003. A abertura da exposição será hoje, às 17 horas. A mostra estará aberta das 8h às 22h. Além dela, o artista ministrará uma oficina gratuita sobre litografia, nos dias 7, 8 e 9 de outubro de 2003, das 15h às 19h, no mesmo local da exposição. **IHU On-Line** conversou com Paulo Chimendes, no Museu do Trabalho, em Porto Alegre, sobre sua obra e sobre o Humanitas Arte, primeira exposição do artista em uma universidade. Esta entrevista foi publicada na 77ª edição, de 29 de setembro de 2003, páginas 36-37.

Paulo é artista plástico e um raro litógrafo do Rio Grande do Sul. Dedicado à litografia, ele também utiliza outras técnicas de gravura, como a xilogravura e a gravura em metal, desenho e pintura, realizando oficinas e cursos no Museu do Trabalho, em Porto Alegre. Paulo Chimendes estudou desenho com Paulo Peres no Atelier Livre da Prefeitura de Porto Alegre, integra a Oficina 11, Atelier de Litografia e Gravura em Metal, fez diversas exposições individuais e coletivas e participou de vários salões e mostras, sendo premiado em seis deles.

ABRINDO O LIVRO

No dia 29 de setembro de 2003, aconteceu mais uma edição do evento **Abrindo o Livro**, promovido pelo IHU. A Prof^ª. Dr^ª. Suzana Kilpp, professora e pesquisadora no Centro de Ciências da Comunicação, falou sobre o livro **Obras Escolhidas Volume 1: magia e técnica, arte e política**, de Walter Benjamin.

A professora fez uma seleção de alguns textos atuais e instigantes do autor que se caracterizam por ser estudados em áreas bem diversas de conhecimento, fato que ficou explicitamente marcado pela diversidade acadêmica dos professores e estudantes presentes.

Ecos do evento

“Sou formado nas áreas de Teologia e Sociologia. Estudei bastante a Escola de Frankfurt e queria lembrar aquilo. Chamou-me muito a atenção a idéia de messianismo, de Benjamin. Especificamente, a idéia de que o Messias não está fora da história, e sim dentro. Acho que a Teologia da Libertação, sem se referir a Benjamin, captou muito bem esse conceito de messianismo na história através dos pobres”.

Oneide Bobsin, professor de Ciências da Religião na Escola Superior de Teologia (EST).

“Impressionou-me a pertinência de Walter Benjamin na definição do conceito de aura para uma sociedade de consumo onde tudo é reduzido a mercadoria. Ele reintroduz um elemento pessoal”.

Castor Ruiz, professor do PPG em Filosofia da Unisinos.

“Eu já conhecia o autor, o qual já estudamos em sala de aula. A prof^ª Suzana consegue ser muito clara em temas que são de difícil acesso. Chama-me a atenção a idéia de aura e a diferença na concepção de aura de Benjamin com outros autores. Gostei de sua metodologia que o levou a entender a história a partir dos cacos. Acho que estava mesmo bem à frente de seu tempo”.

Gabriella Tellini, estudante de Publicidade e Propaganda da Unisinos.

“Suzana conseguiu fazer uma bela síntese de aspectos marcantes do pensamento do autor. Acho que foi um momento de troca muito importante, de reunião de olhares diversos a respeito de um mesmo trabalho, por um autor que chama para esse prisma de olhares diferentes, como se fosse uma encruzilhada. Tendo em conta que o evento *Abrindo o livro* ainda é novo, estamos em sua quinta edição, esse evento merece longa vida”.

Fabício da Silveira, professor no Centro de Ciências da Comunicação da Unisinos.

“Interessou-me muito a visão de Benjamin sobre a arte e a fotografia. Especialmente essa mudança da fotografia que deixa de retratar a realidade para retratar a subjetividade do artista. Fiquei com curiosidade de poder interpretar outras mudanças a partir dessa chave de leitura”.

Carla Lipp, estudante de Física da Unisinos.

A próxima sessão de ***Abrindo o Livro*** tem data marcada para o dia 29 de outubro de 2003. A professora Dra. Marcia Tiburi, do PPG em Filosofia da Unisinos fará a apresentação do livro ***Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I***, de Giorgio Agamben. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. O evento acontece na Sala de Seminários 2 da Biblioteca da Unisinos, das 19h45min às 22 horas.

SALA DE LEITURA

Dia 30 de setembro de 2003, aconteceu a primeira edição do evento ***Sala de Leitura***, a mais nova atividade promovida pelo Instituto Humanitas Unisinos. O professor Danilo Romeu Streck, coordenador do PPG em Educação da Unisinos, apresentou o livro de sua autoria ***Educação para um novo contrato social***. Petrópolis: Vozes, 2003.

O evento tem como objetivo divulgar livros escritos pela comunidade interna da Universidade. Periodicamente, o IHU oferecerá a oportunidade para que colegas da Unisinos possam apresentar os seus livros publicados, a partir de 2003. A próxima edição será amanhã, dia 7 de outubro, com a apresentação do livro de poesias ***Caixa de Sapatos***, de Fabrício Carpinejar. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. O autor, além de poeta, é jornalista e trabalha no Departamento de Comunicação Social e Marketing da Pró-Reitoria de Desenvolvimento (Prodesen) da Unisinos. Fabrício é mestre em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É autor dos livros: ***As Solas do Sol*** (São Paulo: Bertrand Brasil, 1998), ***Um Terno de Pássaros ao Sul*** (São Paulo: Escrituras, 2000), ***Terceira Sede*** (São Paulo: Escrituras, 2001) e ***Biografia de uma árvore*** (São Paulo: Escrituras, 2002). Este último livro lhe rendeu o Prêmio Nacional Olavo Bilac 2003, da Academia Brasileira de Letras, escolhido como o melhor livro de poesia de 2002. Ele também foi apresentado no ***IHU Idéias*** de 26 de setembro de 2002.

A seguir, a entrevista que o poeta concedeu a ***IHU On-Line***:

IHU On-Line- Como está sendo a acolhida do Caixa de Sapatos entre o público?

Fabrício Carpinejar- Num dos lançamentos do livro, em São Paulo, veio uma senhora de uns 70 anos, com o livro ***Caixa de Sapatos***, dentro do qual havia um recorte de revista preso com um clip. Era um poema inédito da minha próxima obra ***Cinco Marias***, publicado recentemente numa revista. Quando ela chegou até mim, me disse: “Eu li este poema e vi ali minha vida. Vim

de Campinas até aqui para saber se tu tinhas mais de minha vida para me dizer". Fiquei arrepiado.

IHU On-Line- Como é a convivência do poeta e do jornalista na mesma pessoa?

Fabício Carpinejar- Vivo de uma maneira artesanal. Eu sou uma pessoa de personagens. Eu fujo muito de mim. A vaidade é centralizar virtudes. As virtudes devem estar descentralizadas. Não podes ficar esgotado, estático em ti mesmo. Eu sou da mutação, da metamorfose. Eu não me vejo com toda essa badalação porque só penso em trabalho, sou muito exigente comigo. Estou pensando no meu próximo livro, tentando me aventurar cada vez mais na linguagem. Estou buscando ser cada vez mais intenso, mais humano. Meu grande temor na vida é ser desatento, perder conviver com as pessoas, perder essa sutileza, o generoso detalhe. Não ser desatento chega a ser, para mim, uma paranóia. Tudo o que o jornalista não utiliza, o poeta salva. O poeta faz uma coleta seletiva do jornalista. Muitas vezes, os outros pensam que são duas pessoas diferentes, e eu gosto disso, penso que devemos preservar-nos, devemos ter reservas ecológicas. Não vou ficar me denunciando. As pessoas que convivem com o jornalista Fabrício, lêem o Carpinejar como se fosse um outro.

IHU On-Line- Esse cuidado com as sutilezas é herdado?

Fabício Carpinejar- Tenho temperamento de violinista sem violino. Exercito-me nesse instrumento invisível. Tem algumas heranças absorvidas, o lado filosófico de pensar de forma mais espessa eu herdei da mãe. O lado de contar histórias, falar em voz alta até gritar, eu herdei do pai. Mas, no demais, eu fui me inventando no caminho. Sou muito do improvisado. Não tenho medo de errar. Acho que o erro é o acerto mais original. Gosto de testar minha timidez.

IHU On-Line- Por que Caixa de Sapatos?

Fabício Carpinejar- Todo o mundo tem uma caixa de sapatos. Quis usar um símbolo que fosse de uso comum. Na caixa de sapatos, colocamos aqueles pequenos objetos. Aquilo que não quisemos jogar fora nem quisemos jogar dentro. Ou seja, não está incorporado no nosso cotidiano, mas também não está expulso dele. São esses objetos que nos visitam depois, que dão significado à nossa própria vida. É neles que concentramos experiências e sensações. Toda vez que voltamos a eles, ou eles nos voltam, terminamos inventando nossa memória. O puro ato de recordar já é uma invenção, porque tentamos adaptar e adequar as lembranças ao que pretendíamos, a um desejo primordial. Quis passar essa idéia de caixa de sapatos nos meus versos e, ao mesmo tempo, dar uma idéia de modéstia, de que não precisamos de muito para representar nossa ambição. Nossa ambição tem que estar no pouco, no mínimo, na roupa do corpo, talvez num relógio sem ponteiros, numa foto sem data. O poder da poesia é despertar o que pensávamos que estava concluído, o texto que a gente pensava pronto.

IHU On-Line- Quais as inovações literárias que desta vez você apresenta?

Fabício Carpinejar- Em **Caixa de Sapatos**, eu tirei do contexto narrativo a personagem que unificava todos os livros anteriores como romance, valorizei o pique lírico, a esfera mais autônoma do poema e todos os poemas ficaram interligados. É um novo livro, a partir de textos já publicados. Tem poemas que foram modificados. A minha idéia é quebrar expectativas: primeira, de que um poeta jovem não pode publicar antologias. Segunda, de que, depois que tu publicas um livro, os poemas estão prontos: não, pode-se, sim, mexer nos poemas, estamos em transformação. O terceiro tabu é que os poemas têm que ficar soltos na antologia. Esses poemas não têm título, seguem uma linha, uma mesma atmosfera, as imagens vão se abrindo

umas às outras, mesmo sendo de livros diferentes. Foi todo um trabalho de escultor, de tirar excessos.

ENCONTROS DE ÉTICA PARA ALUNOS

A próxima edição do evento **Encontros de Ética para Alunos**, promovido pelo IHU, terá como tema *Sigmund Freud, o Pastor Pfister e a ética: uma abordagem interdisciplinar* e vai acontecer hoje, dia 6 de outubro, na sala 1G119, das 17h30min às 19h. A Prof^ª. MS Karin Hellen Kepler Wondracek será responsável pela condução do debate. O evento será gratuito e aberto a toda a comunidade acadêmica.

Na próxima sessão, com data marcada para 20 de outubro, o Prof. Dr. Castor Ruiz, do PPG em Filosofia da Unisinos, abordará o tema *Questionamentos da prática ética ao modelo liberal de liberdade*.

IHU REPÓRTER

João Batista Zanatta



Natural de Nova Bréscia, quinto de onze irmãos, João Batista Zanatta é dono da Livraria Cultural, que fica na Unisinos, ao lado do Instituto Humanitas Unisinos, e de mais quatro sucursais em Canoas e Novo Hamburgo. O filósofo e advogado lembra seus primeiros anos de vida como uma infância marcada pelo ritmo intenso do trabalho na roça, mas também cheia de sonhos e fantasias. Uma das cenas mais características de sua infância, quando observava os aviões, deitado na grama, com a expectativa de um dia poder voar e ver o mundo do alto. Sonho que, posteriormente, sua paixão pelos livros permitiria que ele realizasse.

Infância- Morei com meus pais na roça, até os 11 anos, quando entrei no seminário no qual permaneci dez anos. Posteriormente, tive a oportunidade de trabalhar na Editora Vozes, durante 16 anos. Apaixonei-me pelo livro e comecei a viajar pelo mundo para conhecer novas obras, diversos tamanhos, traduções etc. Quando abrimos a Livraria Cultural, eu convidava professores, pagos por ela, e íamos a feiras internacionais para que me ajudassem a escolher os melhores livros e trazer para cá. Vendíamos tudo.

Livraria- Abrimos a livraria em agosto de 1990, numa fase em que Unisinos passava por uma grande greve. Foi um tempo difícil. Ao longo dos anos, fomos melhorando o serviço. Os livros que eram encomendados, no início, demoravam uma semana para vir, depois conseguimos o mesmo resultado de um dia para outro. Acho que fomos atingindo o atendimento que a comunidade universitária merecia. Eu gosto demais de trabalhar aqui.

Formação- Cursei Filosofia no Seminário de Viamão e depois Direito na PUCRS. Fiz também um semestre do Mestrado de História para conhecer um pouco mais a história das grandes cidades, o que me auxiliou nas minhas viagens.

Familia- Tenho duas filhas: Marina de 21 anos e Joana de 16.

Autor- Gabriel García Márquez, Jacques Le Goff e Dostoevski. Deste último, guardo uma frase fantástica: “Que Deus me dê a humildade de ser digno de minha própria dor”. Ele disse isso em um momento de muita dor. Ora, para bendizer a própria dor em um momento assim, a pessoa deve ter uma elevação espiritual muito grande.

Livros- *A vida de São Luis*, de Le Goff; *Crime e castigo*, de Dostoevski.

Filme- Bem Hur, de William Wyler.

Nas horas livres- Ler muito.

Um presente- CDs de música clássica, tenho mais de 500. Eles me levam para o infinito.

Um grande sonho- Poder ajudar um lar de idosos. Impressiona-me muito como pessoas que se entregaram ao longo da vida possam acabar deixados de lado, sem carinho.

Unisinos- Para mim é um sonho realizado. Comecei a vir aqui, quando trabalhava na Editora Vozes e sonhava em poder distribuir nesta Universidade, essa coisa maravilhosa, que são os livros. Eu posso ver como a livraria é um firme instrumento de formação da comunidade universitária, de enriquecimento das pessoas. Na Unisinos, há uma busca constante de formação e um forte compromisso com o humanismo social cristão. Nesse sentido, vejo uma continuidade dos anos que passei no seminário.

IHU- Surpreendi-me muito com o IHU. Com seus objetivos tão fortes, tão determinados. Com seus eventos, especialmente o Simpósio da Água. Com sua capacidade de construir, organizar e difundir idéias. Este ano, a livraria se expandiu muito e sobrou pouco tempo, mas no próximo ano tentarei construir uma ligação mais próxima com o Instituto.

AVISOS DA COORDENAÇÃO

O lugar da Teologia na universidade do século XXI

Dia 29 de setembro, a coordenação do IHU esteve em reunião com Isabel Cristina Nunes Lima, da Agência Experimental em Comunicação da Unisinos (AgexCom), Ricardo Petry, coordenador de Publicidade e Propaganda da AgexCom, e Carolina Rosado dos Santos, analista de marketing da Pró-Reitoria de Desenvolvimento (Prodesen). No encontro discutiu-se a elaboração do folder do Simpósio Internacional *O lugar da Teologia na universidade do século XXI*.

2º Ciclo de Estudos sobre o Brasil

Tendo como tema o evento *Ciclo de Estudos sobre o Brasil*, aconteceu uma reunião, no dia 29 de setembro, entre a coordenação do IHU e o Prof. Dr. Fabrício Silveira, do Centro de Ciências da Comunicação, para continuar a programação do 2º Ciclo de Estudos sobre o Brasil no ano de 2004.

Um encontro com Jesus

No último dia 30 de setembro, aconteceu uma reunião entre a coordenação do IHU, Alex Penz Mendes, promotor de eventos da Pró-Reitoria Comunitária e de Extensão (ProceX), e Maria Cristina Giani Sala, sobre o evento **Um encontro com Jesus**, que acontecerá nos dias 1º e 2 de novembro de 2003. O evento é uma promoção da Comunidade Missionária de Cristo Ressuscitado, de São Leopoldo, com o apoio do IHU. O evento será realizado na sede da Comunidade, localizada na Avenida Unisinos, esquina com a rua Aloysio Sehnem.

Formação de Dirigentes Sindicais

No primeiro dia de outubro, a coordenação do IHU reuniu-se com Telmo Adams, integrante da área de concentração II, e com a Prof^a. Dr.^a Maria Clara Bueno Fischer, do PPG em Educação da Unisinos. O assunto em pauta foi um curso de extensão do projeto *Formação de Dirigentes Sindicais* da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM)/CUT.

Formação de Dirigentes Sindicais II

Na última sexta-feira, dia 3 de outubro, o mesmo grupo mencionado na nota anterior reuniu-se para deliberar sobre o mesmo tema, um curso de extensão do projeto Formação de Dirigentes Sindicais. Participaram também deste encontro: Docimar Querubim, coordenador técnico do Instituto Integrar, Loricardo Oliveira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, José Eupídio Machado da Silveira, integrante da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, e Lírio da Rosa Segala, integrante da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre.

Formação da consciência crítica

Nos dias 2 a 4 de outubro, Inácio Neutzling, coordenador do IHU, ministrou, em Curitiba, um curso para religiosos e religiosas, procedentes de várias partes do Brasil. O tema abordado foi *Formação da consciência crítica e a missão da vida religiosa, hoje*. O curso é uma promoção da Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB.

INTERATIVO

Meu Clássico

Na edição desta semana, o Prof. Dr. Castor Bartolomé Ruiz, do PPG em Filosofia da Unisinos, comenta quem são os autores de influência em sua trajetória acadêmica até o momento atual. Castor é graduado em Filosofia, Letras, Teologia e Aptidão Pedagógica, é mestre em História e doutor em Filosofia pela Universidad de Deusto, Espanha, com tese intitulada *O poder do imaginário: A força transformadora e o poder instituinte do simbólico*. O professor é autor de vários livros, entre os quais citamos **El Poder del Imaginario: La fuerza transformadora y el poder instituyente de lo simbólico**. Madri: Proquest Information and Learning, 2002; **El poder de los desposeídos**. Madri: Nueva Utopia, 2000; **Os Paradoxos do Imaginário**. São Leopoldo: Unisinos, 2003. Este último será apresentando no evento **Sala de Leitura**, promovido pelo IHU, no próximo dia 28 de outubro.

Quais são os autores que mais influenciaram a sua formação intelectual?

Além dos clássicos da filosofia grega e de Kant, com suas duas grandes obras: **A crítica da Razão Pura** e **A crítica da Razão Prática**, apontaria a Ernst Cassirer, com suas obras: **Filosofia das formas simbólicas** (3 volumes) e **Antropologia Filosófica**. De Gilbert Durand, suas obras: **As estruturas antropológicas do imaginário** e **A imaginação simbólica**.

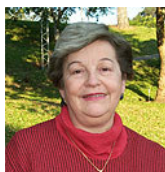
Quais os autores que mais respondem às suas inquietações atuais?

Além dos anteriores, que são atuais, mencionaria Cornelius Castoriadis, com sua obra principal: **A instituição Imaginária da Sociedade** e **As Encruzilhadas do Labirinto** (cinco volumes).

Quais os autores contemporâneos que lê com mais atenção?

Neste momento, sem abandonar o marco da hermenêutica simbólica, seguindo as intuições dos autores anteriormente mencionados, trabalho como foco central, a constituição da subjetividade, a partir da prática ética. Estudo, como autores de referência, a obra de Michel Foucault, principalmente as últimas obras: **História da Sexualidade** (3 volumes) e alguns dos cursos que ele realizou no Collège de France, resumidos em obras como a **Hermenêutica do Sujeito**, nas quais propõe a constituição da subjetividade, a partir de uma prática ética (tendo como referência os clássicos greco-romanos), em que ele denomina uma ética e estética da existência. Retomando suas contribuições, tento apontar suas fragilidades, mostrando que esse modelo de subjetivação é muito interessante, porém falta a dimensão essencial da alteridade. A esse respeito, estou fazendo um estudo das contribuições para a importância da alteridade de Emmanuel Levinas, com obras, como **Ética e Infinito**, **O humanismo do outro homem** etc.

Sala de Leitura



“Estou lendo CORREIA, José Alberto e MATOS, Manuel. **Solidões e Solidariedades nos Quotidianos dos Professores**. Porto: Edições ASA, 2001. O livro discute diversas questões referentes ao professor do mundo contemporâneo, inserido nessa sociedade capitalista em que vivemos, e como essa sociedade produz responsabilidades nos professores e no sucesso do seu trabalho, nem sempre discutindo que o mesmo professor é também produzido por essa sociedade capitalista. O autor toma a questão da escola como referente da formação das pessoas, onde o trabalho é o espaço da construção do sujeito. É na escola que se produzem os saberes e se vivem os próprios conflitos do trabalho. O professor não está num espaço etéreo, ele é fruto de uma condição contextualizada, muitas vezes, sem condição ou autorização para refletir sua própria prática. Enfim, a obra ensina que o professor aprende seu ofício praticando-o”.

Prof.ª Dr.ª Maria Isabel da Cunha, mestre, doutora e pós-doutora em Educação e professora do PPG em Educação da Unisinos.



“Comprei há duas semanas e estou lendo **Infância e Adolescência: Múltiplos Olhares**, organizado por Sônia M. Gomes Sousa. Goiânia: Editora UCG, 2003. O livro é composto por vários artigos que abordam temas muito banalizados pela mídia e que caíram na dimensão do senso comum. Entre eles cito a gravidez na adolescência, a prostituição infantil e juvenil, direitos humanos da criança e do adolescente, indisciplina e violência, relação professor-aluno, e ritos de recepção. O livro faz uma reflexão sobre esses temas emergentes, que, para

mim, são fundamentais, uma vez que trabalho com eles na disciplina de Psicologia da Educação II, do curso de Pedagogia, e preciso buscar leituras atualizadas”.

Profª. MS Vera Bemvenuti, graduada em Filosofia, mestre em Educação, professora do Centro de Ciências Humanas e coordenadora de Ação Comunitária da Pró-Reitoria Comunitária e de Extensão Procex.



“Terminei de ler há pouco tempo um livro que já deveria ter lido: **O Mundo de Sofia**, de Jostein Gaarder. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. É um livro sobre a história da Filosofia, contada através de uma linguagem acessível, o que, para mim, é ótimo, pois tenho uma certa dificuldade em penetrar na linguagem característica da Filosofia. Gaarder torna leve e romanceado esse panorama histórico. Eu indico a obra para quem pretende ter uma primeira aproximação com o campo da Filosofia. Os que têm um domínio maior da área também tiram proveito pela bela história que carrega os princípios filosóficos. É a história de uma menina que recebe um curso de Filosofia, que é escrito pelo seu próprio pai. Ele cria uma personagem chamada Sofia e, ao final, dá o texto de presente de aniversário para sua filha. Do ponto de vista literário, é também uma obra muito interessante”.

Prof. MS Jorge Jardim, graduado em Jornalismo, mestre em História, diretor de Administração Acadêmica e professor do Centro de Ciências da Comunicação da Unisinos.

Cartas do Leitor

Prezados Senhores,

Sou professor no Centro 5 - Ciências Econômicas e gostaria de utilizar a edição nº 77 do Boletim do IHU como material de aula na disciplina de História e Atualidade Econômica Brasileira. Seria possível receber alguns exemplares para distribuição aos alunos? A turma é bastante grande (52 alunos) e caso não seja possível fornecer cópias para todos, gostaria de distribuir ao menos algumas para despertar interesse pela leitura das matérias.

Prof. Luciano Feltrin

Convite,

Numa iniciativa do DA de Filosofia da Unisinos, junto com o Rua Grande Pub Café Bar, o Saraufilô está indo para sua VII edição. Sempre à segunda terça-feira de cada mês um assunto é tratado na noite, que além de filosofia envolve poesia e música. O último saraufilô teve Nietzsche como tema e reuniu 110 pessoas (apesar do frio), o que reafirma a procura de filosofia por pessoas de várias áreas! O próximo Saraufilô será dia 14 de outubro (terça!!!) às 21h30min e o tema da noite é *Mito e as nascentes da Filosofia*, música da banda "Viana Moog" e apresentações de João Origuella com solo para oboé e recital de violão clássico de Pedro de Pacas! A coordenação está a cargo de Rodrigo Bisol e Pedro Alles (acadêmicos de filosofia).

**Abraços,
Pedro Alles.**

Erramos

O Prof. Dr. José Nedel, do PPG em Filosofia da Unisinos, nos faz chegar uma correção que agradecemos. Na frase publicada no último número onde se traduz a frase de Horácio citada

por João Paulo II, a tradução correta do latim não é "grande parte de mim escapará para Libitina", mas "grande parte de mim escapará à Libitina".

EXPEDIENTE:

IHU On-Line é uma publicação semanal do Instituto Humanitas Unisinos – IHU –, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos- Unisinos. Coordenador do IHU: Prof. Dr. Inácio Neutzling (inacio@bage.unisinos.br). Coordenadora Adjunta: Profª MS Vera Regina Schmitz (verasc@poa.unisinos.br). Redação: Inácio Neutzling, Sonia Montaña (soniam@icaro.unisinos.br), Pedro Luiz S. Osório (osorio@bage.unisinos.br) Mtb 4579, e Graziela Wolfart (graziela@poa.unisinos.br). Revisão: Profª Mardilê Friedrich Fabre (mardile@centauro.unisinos.br). Consultoria: Agência Experimental de Comunicação (AgexCom). IHU On-Line circula às 2ªs feiras via e-mail e pode ser acessado no sítio <http://www.ihu.unisinos.br/>. Sua versão impressa circula internamente na Unisinos. Endereço: Av. Unisinos, 950 – São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuinfo@poa.unisinos.br . Fone: 51 5903333 – Ramais 4121 ou 4128. E-mail do IHU: humanitas@poa.unisinos.br . Ramais: 1173 e 1195.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS